

BOLETIM INFORMATIVO

n.03 - ano 16 - 1985

SBA

I N D I C E

EDITORIAL	PAG. 01
ATIVIDADES DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE FISICA	
- Eleições dos novos membros da Diretoria e Conselho da Sociedade Brasileira de Física.....	02
- Ata da Reunião da Diretoria e Conselho da SBF 13 de julho de 1985	03
- Ata da XIX Assembléia Geral da SBF	13
- Ata da Reunião de Diretoria e Conselho da SBF 16 de julho de 1985	29
- Resumo da Ata da Reunião do Conselho e da Diretoria da Sociedade Brasileira de Física	32
POLITICA CIENTIFICA	
- Programa de auxílio do CNPq nas áreas de Física e Astronomia	34
- Carta do Comitê de Física e Astronomia ao Presidente do CNPq	44
- Manifesto dos Físicos de Partículas e Campos..	46
- SBF faz gestões no CNPq e no MCT.....	47
- Manifesto pela Autonomia Tecnológica Brasileira	48
- Estão negociando a Lei de Informática	50
- Novos valores de Bolsas do CNPq	52
- Emenda p'ra ninguém botar soneto	53
ENCONTROS, ESCOLAS, ETC	
- III Encontro de Trabalho de Mecânica Estatística e Teoria de Campos	55
- IX Encontro Nacional de Física da Matéria Condensada	55
- VI Encontro Nacional de Física de Energias Intermediárias	56
- Vagas para trabalhar em Laboratório de Metrologia no Rio de Janeiro	56
NOTA DE FALECIMENTO	57

INSTITUTO DE FÍSICA DA USP

BOLETIM INFORMATIVO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA

Editor: Gil da Costa Marques

Produção: Conceição A. Vedovello

Viviane Ribenboim

Sidney Souza Moraes

Paulo Sérgio Godeny

Datilografia: Izabel T. Yokomizo

Notícias e sugestões deverão ser enviadas para:

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA

Instituto de Física da USP

Departamento de Física dos Materiais e Mecânica

Caixa Postal 20.553

01000 São Paulo, S.P. fone: (011) 815.5599 ramal 222

É PRECISO MELHORAR AS PUBLICAÇÕES DA SBF

Um dos papéis fundamentais de uma sociedade científica é estimular a interação, a comunicação, a troca de informações e de idéias entre os membros de sua comunidade. A SBF faz isto através de sua reunião anual, das reuniões tópicas e escolas diversas e de suas publicações. A nova diretoria quer dinamizar e aperfeiçoar os vários mecanismos de interação entre os físicos brasileiros, como meio de melhorar a própria qualidade da Física no País. É preciso organizar um pouco mais e tornar mais "excitantes" as várias reuniões e escolas. É fundamental colocar em dia e melhorar o nível da Revista Brasileira de Física e da Revista de Ensino de Física, consolidar a nova Revista de Física Aplicada e de Instrumentação e tornar o Boletim Informativo um meio efetivo de troca de informações diversas e de idéias.

Claro, isto não vai ser possível se os físicos brasileiros não fizerem um esforço maior para utilizar os meios de comunicação da SBF. A degradação das Revistas e do Boletim nos últimos anos é resultado exatamente da falta desse esforço nosso. O grande atraso da Revista é devido a falta de artigos e não de verbas. Os últimos números do Boletim constam essencialmente de comunicados diretoria, atas de reuniões, editais e manifestos, e poucas idéias novas têm sido nele debatidas como ocorria em passado não muito distante. Isto é também reflexo da crise que tomou conta do País e da qual a ciência não escapou. Mas a superação da crise na Física depende não só do governo e da sociedade brasileira mas também, e muito, da coletividade dos físicos do País. E todos nós que somos mantidos com recursos públicos temos grande responsabilidade neste processo.

A diretoria da SBF convida todos os físicos brasileiros a contribuírem com artigos para suas publicações. O convite é especialmente dirigido aos membros atuais e passados do Conselho da Sociedade, aos integrantes das diretorias anteriores e da atual e aos secretários regionais. É preciso escrever bons artigos para as revistas. É importante enviar contribuições para o Boletim, quanto mais informativos e provocativos melhor. Com mais artigos o Boletim poderá ser publicado com mais freqüência, e assim se tornar mais interessante, mais vivo e mais útil para a Física brasileira.

Sérgio Machado Rezende
Vice-Presidente

ELEIÇÕES DOS NOVOS MEMBROS DA DIRETORIA E CONSELHO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA

As dez horas do dia vinte e um de junho do ano de um mil no
vecentos e oitenta e cinco, na sala de reuniões do Departamento de
Física Matemática do Instituto de Física da Universidade de São Pau
lo, foram apurados os votos recebidos para as eleições da nova Dire
toria da Sociedade Brasileira de Física para o período de julho de
1985 a julho de 1987 e eleições para 5 (cinco) membros titulares do
Conselho para o período de julho de 1985 a julho de 1989 e 5 (cin
co) membros suplentes para o período de julho de 1985 a julho de 1987.
Para estas eleições, foram recebidos 625 (seiscentos e vinte e cin
co) votos. Os resultados são os seguintes:

DIRETORIA

Presidente:- Ramayana Gazzinelli - UFMG (434 votos)
Vice-Presidente:- Sérgio Machado Rezende - UFPE (476 votos)
Secretário Geral:- Humberto Siqueira Brandi - PUC/RJ (450 votos)
Secretário:- Gil da Costa Marques - IFUSP (497 votos)
Tesoureiro:- Artemio Scalabrin - UNICAMP (467 votos)
Secret. Assuntos de Ensino:- Luiz Carlos de Menezes - IFUSP (487 votos)
Secret. Adj. As. Ensino:- Arden Zylbersztajn - UFRGN (459 votos)

CONSELHO

Titulares

José Leite Lopes - CBPF (272 votos)
Ernst Wolfgang Hamburger - IFUSP (171 votos)
Cid Bartolomeu de Araújo - UFPE (148 votos)
Henrique Fleming - IFUSP (141 votos)
Oscar Sala - IFUSP (136 votos)

Suplentes

Luiz Davidovich - PUC/RJ (135 votos)
Fernando Cláudio Zawislak - UFRGS (133 votos)
Francisco César de Sã Barreto - UFMG (127 votos)
Natanael Rohr da Silva - UFPb (127 votos)
Jayme Tiomno - CBPF (121 votos)

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA E DO CONSELHO DA SBF

São Paulo, 13 de julho de 1985

A Sessão foi aberta às 10:00 horas do dia 13/07/85 com a presença de Fernando de Souza Barros, Francisco Flávio Torres de Araújo, Francisco César de Sá Barreto, Carlos Alberto Silva Lima e Deise Miranda Vianna, membros da Diretoria da SBF, e dos Conselheiros Herch Moysés Nussenzveig, Natanael Rohr da Silva, Ramayana Gazzinelli, Alaor Silvério Chaves e João Zanetic. Estavam presentes, como convidados, os seguintes membros da nova Diretoria e do novo Conselho a serem empossados no dia 15/07/85: Sérgio Rezende, Humberto Brandi, Artêmio Scalabrin, Luiz Carlos Menezes, Cid Bartolomeu de Araújo, Henrique Fleming e José Leite Lopes. Compareceram como convidados os seguintes Secretários Regionais: Sylvio Canuto (PE), Roberto Jorge Vaconcelos dos Santos (AL), Jorge Mário Malbouisson (BA), Wagner Figueiredo (SC), Irene Aveline (), Francisco Emmerich (ES), Fernando Albuquerque de Oliveira (RJ) e Fernando D. Prado (Rio Claro). Foi colocado em discussão a Ata da Reunião da Diretoria e Conselho ocorrida em 27 de março de 1985, em São Paulo. Fizeram reparos à Ata os Conselheiros, João Zanetic, Herch Moysés Nussenzveig e Deise Miranda Vianna. Colocada em votação, com as correções propostas, a Ata foi aprovada (ver Anexo 1). Em seguida o presidente do Conselho Fernando de Souza Barros colocou em discussão os relatórios da Diretoria referente ao período 84/85. Foram lidos e aprovados os relatórios da Presidência, da Secretaria Geral, da Secretaria, da Tesouraria e da Secretaria de Ensino. Esses relatórios serão apresentados à Assembléia Geral (15/07/85) e serão reproduzidos na Ata dessa Assembléia. Em seguida, passou-se a discussão dos resultados da Assembléia convocada para tratar de modificação dos estatutos da SBF no sentido da inclusão do Secretário Adjunto para Assuntos de Ensino como membro da Diretoria. Apesar da proposta ter recebido 508 votos favoráveis a modificação não poderá ser implantada por não ter havido o quorum mínimo exigido pelo estatuto (Art. 40). Discutiu-se longamente o aspecto legal e legítimo dessa proposta, tendo participado desse debate quase todos os membros presentes. Deve-se registrar a intenção da próxima Diretoria da SBF de garantir a presença nas suas reuniões de um membro da nossa comunidade (Prof. Arden Zylbersztajn) que se incumbirá de tarefas relativas à Secretaria de Ensino. A escolha do professor Arden para exercer essas funções resultou de uma consulta feita a comunidade simultânea a eleição da Diretoria e Conselho. O Presidente concluiu este debate informando que acatava as ponderações apresentadas e que levaria as mesmas, em depoimento pes

soal, ao professor Arden. Em seguida o Presidente fêz um breve relato sobre assuntos que tiveram origem na atual Diretoria e que deverão ter prosseguimento durante o mandato da próxima Diretoria. São eles: (a) Proposta de equiparação dos níveis de bolsa de pesquisa (CNPq) aos salários dos pesquisadores dos institutos do CNPq, que não recebeu a acolhida da presidência desse órgão (ver Anexo 2); (b) Existência cada vez maior de manifestações de pesquisadores da nossa comunidade relativa a atuação do CNPq às demandas dos pesquisadores (bolsas, auxílios e viagens) que não vem sendo devidamente atendidos; (c) Pagamento de anuidade pelo CNPq de cota da participação do Brasil na IUPAP e necessidade do pagamento da anuidade para a Comissão Internacional de Óptica; (d) Informação sobre a nova Secretaria Executiva do PADCT e necessidade de revisão desse programa; (e) Análise da proposta da Missão Científica Francesa apresentada em maio de 1985 sobre a realização de colóquios envolvendo a França e Países da América Latina (a carta encontra-se arquivada na Secretaria Executiva da SBF); (f) Informações sobre o reconhecimento da SBF como entidade de utilidade pública, cujo processo foi enviado ao Ministério da Justiça em 29/01/85 (nº da guia 20); (g) Informe sobre carta enviada ao Dr. Luciano Coutinho, Secretário Geral do Ministério de Ciência e Tecnologia, sobre a constituição da Comissão de Estudos para a Reformulação do CCT do CNPq ao Nível do Ministério de Ciência e Tecnologia (ver Anexo 3); (h) Foi apresentado texto do documento das Sociedades Científicas sobre "Ciência e Tecnologia na Nova República: Análise e Perspectivas", que segundo o Presidente necessita ser analisado e criticado e cuja aprovação final deveria ser adiada para depois da reunião programada para o dia 15/07/85, que tem como objetivo a aprovação do texto apresentado. Informou ainda que estarão presentes a essa reunião, como representantes oficiais da SBF os professores Herch Moysés Nussenzeig e Ramayana Gazzinelli, além dele próprio. Em seguida, o presidente leu o relatório encaminhado pelo professor Luiz Pinguelli Rosa sobre sua participação na Comissão da SBF que discutiu a questão nuclear na América Latina (ver Anexo 4). Finalmente fizeram uso da palavra vários membros presentes. O professor Herch Moysés Nussenzeig relatou os debates ocorridos durante a mesa redonda "Reavaliação do Acordo Nuclear" (dia 12/07/85 - 15:00 horas), alertando os membros presentes para que compareçam a reunião semelhante a ocorrer no dia 15 ("10 Anos de Acordo Nuclear" - Belo Horizonte, 1975/85) para apresentar a posição da comunidade de físicos sobre o assunto e manter a necessidade de uma reavaliação desse acordo por comissão desvinculada do poder político que a instituiu. O professor Cid Bartolomeu de Araújo apresentou

um documento contendo sugestões à nova Diretoria da SBF. Esse assunto será debatido na próxima reunião do Conselho e Diretoria, no dia 16/07/85. A professora Deise leva ao conhecimento do Conselho a solicitação da Sub-Secretaria de Desenvolvimento da Educação do MEC de proposta de um projeto de "Currículo Mínimo para um Curso de Licenciatura em Física". Esse assunto deverá merecer análise da SBF. O professor Nelson F. Ferrari Júnior apresentou sugestões à nova Diretoria, que serão tratadas na próxima reunião do Conselho e Diretoria. O professor Roberto Jorge transmitiu aos presentes votos de louvor a atuação do professor Fernando Souza Barros e da Diretoria da SBF, cujo mandato terminará no dia 15/07/85, feito pelos sócios de Alagoas. O professor Herch Moysés Nussenzveig apoiou em voto. Nada mais havendo, a reunião foi encerrada às 12:00 horas. (a) Prof. Humberto Brandi, Secretário Geral da Sociedade Brasileira de Física, p/ Francisco César de Sá Barreto.

ANEXO 1

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO E DIRETORIA DA SBF

São Paulo, 27 de março de 1985

Aos vinte e sete dias do mês de março de 1985, às 9:40 horas, reuniram-se na sala de reuniões do Departamento de Física Matemática do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, o Conselho e a Diretoria da SBF, estando os Conselheiros Fernando de Souza Barros, Presidente, Eugênio Lerner, Herch Moysés Nussenzveig, Antonio F.R. Toledo Piza, Ramayana Gazzinelli, Sílvio R.A. Salinas, Natanael Rohr da Silva, Alinka Lepine (presente a partir das 14:00 horas), João Zanetic, e os membros da Diretoria Deise Miranda Vianna, Francisco Flávio Torres de Araújo, Francisco César de Sá Barreto, Carlos Alberto Silva Lima, Gil da Costa Marques e Anna Maria Pessoa de Carvalho. Havendo quorum foi iniciada reunião com um relato do Secretário Geral da SBF sobre a programação da reunião anual da SBF, a ser realizada em julho deste ano em Belo Horizonte. Após este relato, e sendo adiado o exame da situação financeira da SBF para a 2ª parte da reunião, à tarde, o Secretário da SBF apresentou um relatório sobre a situação das revistas e do Boletim da SBF. Os presentes foram informados de que o professor Fernando C. Zawislak tinha assumido a função de editor da futura revista sobre Instrumentação e que o professor Nicim Zagury aceitou o cargo de editor da Revista Brasileira de Física e que havia solicitado, como condição, o

regime de tempo integral para a secretária da Revista, ora trabalhando no Rio de Janeiro em tempo parcial. O Secretário informou que a SBF, no momento, não tinha recursos para atender esta solicitação, mas que havia um pedido de auxílio para Revista, submetido à FINEP, que prevê o pagamento da Secretária, sediada no Rio de Janeiro, em regime de tempo integral. Vários Conselheiros e Membros da Diretoria se manifestaram sobre a Revista Brasileira de Física, transparecendo o interesse da Diretoria de oferecer o máximo apoio ao Professor Nicim Zagury, dentro das possibilidades financeiras da SBF. Ainda como informe, o professor Nussenzweig relatou o seu encontro, na Europa, com o professor Roberto Salmeron, quando este informou que a Diretoria do CERN estava surpresa com o fato de que o oferecimento do CERN de estágios pagos a técnicos ou engenheiros vinculados a laboratórios brasileiros não havia recebido qualquer resposta de pesquisadores brasileiros. Acreditando na falta de divulgação, o professor Nussenzweig foi informado de que o Boletim da SBF havia divulgado a oferta do CERN não colocando entretanto a possibilidade de pagamento integral dos custos de estágios para técnicos brasileiros. Foi registrado a necessidade de solicitação ao CNPq para divulgar mais amplamente esta e outras ofertas de instituições estrangeiras. Dando início ao exame do 2º ponto da agenda (eleição da Diretoria e Conselheiros da SBF), o presidente apresentou aos Conselheiros a proposta de discussão desse ponto em duas partes distintas: a formação da chapa do Conselho para nova Diretoria sendo discutida em primeiro lugar. Aprovada a proposta, o presidente fez um relato sobre todas as candidaturas à presidência da SBF apresentadas pelas Secretarias Regionais: Fernando Zawislak (quatro regionais: SC, SP, PE e CE); Ramayana Gazzinelli (quatro regionais: SC, SP, PE e CE); José Leite Lopes (três regionais: Rio Claro, SP e CE); Eugênio Lerner (quatro regionais: Rio Claro, SP, CE e RS); Luiz Pinguelli Rosa (três regionais: Rio Claro, SP e RJ); Sérgio Rezende (três regionais: Rio Claro, SP e RJ); Sílvio Goulart Rosa (uma regional: MG); Shiguelo Watanabe (uma regional: Rio Claro); Fernando de Souza B... (uma regional: CE); Herch Moysés Nussenzweig (uma regional: AL). As propostas recebidas das Secretarias Regionais para os outros cargos da Diretoria foram as seguintes: Secretaria Geral: César de Sá Barreto (CE); Gil da Costa Marques (SC e RC); Ivan Costa da Cunha Lima (São José dos Campos). Secretário: Gil da Costa Marques (Rio Claro, CE, RS e SP); Roberto Nandi (SC). Tesoureiro: Paulo Roberto S. Gomes (SP). Secretário de Ensino: Luiz Carlos Menezes (RS, SC, PA, RJ e SP); Beatriz Alvarenga (MG); Roberto Nardi (Londrina); R. Silverstein (PB). Secretário Adjunto de Ensino: Arden Zylberstajn (PA, SP, RJ e PB);

Roberto Nardi (RJ). O Presidente relatou que tendo conhecimento de todos os nomes propostos para a Presidência da SBF, havia obtido uma manifestação de todos os possíveis candidatos que não estariam presentes a esta reunião. Relatou que entre aqueles que não participavam desta reunião, apenas o professor Luiz Pinguelli Rosa havia manifestado que consideraria a sua candidatura à Presidência da SBF, tendo todos os demais declarado que não a aceitariam em hipótese alguma. Constatando-se haver três nomes a ser considerados pelo Conselho para a formação de chapa de acordo com os Estatutos, o Presidente deu a palavra aos Professores Ramayana Gazzinelli e Eugenio Lerner por serem dois dos propostos para a Presidência. O professor Ramayana Gazzinelli fez um apelo para que não seja cogitado para aquele cargo e o professor Eugenio Lerner declarou que era seu desejo que a atual Diretoria permanecesse por mais um período, mas que consideraria a possibilidade de se candidatar se isto for proposto pelo Conselho. Alguns Conselheiros solicitaram ao professor Gazzinelli para que reconsiderasse sua decisão de não se candidatar, tendo o mesmo cedido a esse apelo. Assim ficara três nomes propostos para a Presidência: Eugenio Lerner, Luiz Pinguelli Rosa e Ramayana Gazzinelli. Ao se iniciar a análise dos candidatos propostos, para a formação da chapa do Conselho, os professores Eugenio Lerner e Ramayana Gazzinelli informaram que não desejavam participar da mesma, solicitando que fossem informados quando o Conselho tivesse concluído esta parte para retornarem a sala. Após a saída desses Conselheiros, todos os presentes se manifestaram sobre os possíveis candidatos, havendo menções de outros nomes, entre os quais o do professor José Ellis Ripper Filho, tendo o Conselho decidido, preliminarmente, pela indicação do professor Ramayana Gazzinelli para compor a chapa como candidato à Presidência da SBF. A Sessão foi interrompida para comunicação desta decisão preliminar ao mencionado professor, às 12:00 horas. Às 13:45 horas, havendo quorum, mas não estando presentes todos os Conselheiros que participaram da fase inicial da reunião, solicitou o presente que fossem apreciados os ítems 5 e 6 da agenda, relacionados com Secretarias Regionais, assuntos considerados urgentes mas de caráter apenas formal. Havendo concordância, foi dada a palavra ao Vice-Presidente da SBF para apresentar as solicitações dos sócios do Espírito Santo e de Amazonas e as propostas para substituição dos Secretários Regionais de Campinas e Paranã. O Conselho aprovou as recomendações do Vice-Presidente, recomendando eleições para as substituições mencionadas e aprovando a criação das Secretarias Regionais do Espírito Santo e de Amazonas. Após o exame desses ítems, e estando presentes os Conselheiros Eugenio Lerner

e Ramayana Gazzinelli, foi reiniciado o exame da chapa do Conselho, aceitando o professor Ramayana Gazzinelli a sua indicação para a chapa. Para Vice-Presidência foi escolhido o professor Sérgio Rezende; tendo este aceitado a indicação após consulta telefônica. O Conselho examinou então os possíveis candidatos para os outros cargos da Diretoria, concluindo pela seguinte chapa: Presidente, Ramayana Gazzinelli; Vice-Presidente, Sérgio Rezende; Secretário Geral, Humberto Brandi; Secretário de Ensino, Luiz Carlos Menezes; Secretário, Gil da Costa Marques; Tesoureiro: Artêmio Scalabrin. Ao ser considerado os nomes para Secretário Adjunto de Ensino, o Conselho foi alertado de que este cargo não existe nos Estatutos da SBF. Foi aprovada pelo Conselho uma proposta do Presidente de consulta aos sócios sobre alteração dos Estatutos para inclusão deste cargo. O Conselho aprovou a indicação de Arden Zylbersztajn como candidato da chapa para o cargo de Secretário Adjunto de Ensino, se a consulta aos sócios possibilitasse a necessária alteração dos Estatutos para inclusão deste cargo na Diretoria da SBF. Concluindo a formação da chapa do Conselho para a futura Diretoria da SBF, foi aberta a discussão para a formação da lista de candidatos para o Conselho, a ser apresentada na cédula para votação. Inicialmente, foi lido pelo Presidente todos os nomes propostos para o futuro Conselho em reuniões promovidas pelas Secretarias Regionais. Houve unanimidade de que todos esses nomes fossem apresentados aos sócios da SBF. Vários participantes apresentaram nomes não lembrados nas reuniões promovidas pelas Secretarias Regionais, sendo os mesmos também aceitos pelo Conselho para apresentação na cédula. Foi também aprovado a inclusão na cédula dos nomes dos atuais Conselheiros suplentes e dos membros da Diretoria que possam ser eleitos para o Conselho. A seguir foi lido pelo Tesoureiro um relatório sobre a situação financeira da SBF e sobre uma previsão da situação financeira da SBF de julho de 1985 a julho de 1987. Cópias desses documentos foram distribuídos entre os membros presentes do Conselho e da Diretoria da SBF. Após o exame dos dados sobre a situação financeira da SBF, solicitou o Presidente uma análise pelo Conselho e Diretoria do ponto nº 6 da agenda, "Encontros Franco-Latino-Americanos". O Presidente apresentou a proposta do atual Conselheiro Científico do Corpo Diplomático francês. Os presentes foram informados que a proposta havia sido submetida, preliminarmente, à Comissão de Reuniões da SBF. Dada a palavra ao Secretário Geral da SBF, este informou que a Comissão de Reuniões havia apreciado a proposta e concluído que não poderia existir um envolvimento formal da SBF no processo proposto pelo Conselheiro Científico francês para coleta de sugestões de temas e de local de rea-

lização para aqueles "Encontros". Vários Conselheiros examinaram o teor da proposta do Conselheiro Científico francês e se manifestaram sobre a mesma. A decisão consensual dos presentes foi que a proposta não poderia ser endossada formalmente pela SBF já que esta não teria uma função coordenadora no mecanismo proposto pelo representante do Governo Francês. Foi solicitado que a Diretoria desse a máxima divulgação aos Encontros que fossem programados com a participação espontânea de físicos brasileiros. A seguir, após esclarecimentos aos presentes de que os itens 7 e 8 da agenda eram apenas de caráter informativo, e de que o item 4 poderia ser adiado, foi submetido ao Conselho a análise de um ponto fora da agenda relacionado com os Simpósios de Ensino. Sendo aceito a análise desse ponto, foi dada a palavra à Secretária de Ensino que apresentou uma moção aprovada pela Assembléia do VI Simpósio Nacional de Ensino de Física, realizado em janeiro de 1985 em Niterói, recomendando a realização desses Simpósios a cada dois anos. A Secretária de Ensino justificou a proposta, demonstrando como o atual período de três anos prejudica a preparação desses Simpósios. O Secretário Geral informou que a Comissão de Reuniões havia apreciado favoravelmente a moção mencionada. Submetido a apreciação pelos Conselheiros presentes, a moção recebeu o apoio de todos, sendo considerada aprovada pelo Presidente. Foi também submetido ao Conselho um outro ponto fora da agenda: as indicações para a Comissão de Ensino. Foram indicadas para constituírem a Comissão de Ensino os professores Guaracira Gouvea de Souza (RJ), Alberto Villani (SP) e Alexandre Medeiros (PE) como titulares e Luiz Carlos Gomes (RS), Glória Queiroz (RJ) e Arden Zylbersztajn (RN) como suplentes. Informou o Presidente que o Conselho já havia aprovado uma proposta de consulta aos participantes do VI Simpósio Nacional de Ensino de Física para a indicação de três nomes de titulares e de três nomes de suplentes para a Comissão de Ensino, uma das comissões permanentes previstas pelos Estatutos da SBF. Foi dada a palavra a Secretária de Ensino para apresentação dos nomes eleitos pela Assembléia do Simpósio de Ensino, sendo os mesmos aprovados pelo Conselho. Solicitou o professor Moysés Nussenzveig prioridade para um ponto da agenda da reunião anterior do Conselho, de 5 de dezembro de 1984, relacionado com a criação pelo ex-presidente do CNPq do Laboratório Nacional de Radiação Síncrotron. Manifestou o professor Nussenzveig que este ponto não pode ser analisado naquela reunião mas que, face a certas características da proposta daquele laboratório, havia necessidade de uma manifestação pública do Conselho e da Diretoria da SBF. Sendo aceito pelos presentes a análise da proposta do professor Nussenzveig, todos os presentes se manifestaram so-

bre a evolução do projeto de criação do Laboratório, sendo aprovado a proposta de divulgação de um documento e delegado aos professores Herch Moysés Nussezveig e Fernando de Souza Barros a implementação da proposta. A reunião foi encerrada pelo Presidente às 17:45 horas.

ANEXO 2

Ilmo. Sr.
Dr. Luciano Coutinho
Secretário Geral do Ministério da Ciência e Tecnologia

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1985

Senhor Secretário Geral,

Acuso o recebimento da sua carta datada do dia 17 do corrente mês, solicitando sugestão de nomes para compor uma comissão de estudos visando a reformulação do Conselho Científico e Tecnológico.

A data prevista para envio dos subsídios solicitados, 1º de julho de 1985, impossibilitou o estudo da solicitação em tela em reunião do Conselho e da Diretoria da Sociedade Brasileira de Física. Foi possível, entretanto, o levantamento das posições de vários Conselheiros e membros da Diretoria da SBF. Apresento a seguir um resumo das considerações colhidas:

1) Que fosse mencionado nesta oportunidade o documento de alteração dos Estatutos do CNPq e da FINEP (Anexo I). Trata-se de proposta cuja aprovação, pela SBF, foi reafirmada em documento dirigido ao Dr. Tancredo Neves, no dia 10 de janeiro próximo passado, conforme Anexo II. Com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, as propostas de alteração dos Estatutos dos órgãos acima mencionados estão parcialmente prejudicadas. Entretanto, enfatiza-se o endosso aos princípios básicos que nortearam a formulação daquelas propostas, isto é, de significativa participação de pesquisadores no novo CCT e da aceitação, pelo Ministério, do processo de indicação pela comunidade dos pesquisadores que comporiam a relação de candidatos para escolha de membros do CCT.

2) Considera-se prerrogativa do Ministério da Ciência e Tecnologia a indicação de nomes para compor esta comissão de estudos. Considera-se ademais que os pesquisadores da nossa área cujos nomes constam da relação enviada são pessoas que certamente contribuiriam para uma reformulação do CCT que atenderia aos interesses da nossa ciência e tecnologia.

3) Salienta-se o fato de não constar da lista sugerida pelo Ministério, pesquisadores que participaram da Comissão ABC-SBPC que formulou a proposta já apoiada pelas sociedades científicas relacionadas no Anexo I.

4) Considera-se que a relação de nomes apresentada pelo Ministério caracteriza-se pela acentuada participação de membros ou ex-membros do CCT do CNPq. Embora a presença de membros ou de ex-membros do atual CCT seja considerado pertinente para o pretendido estudo de reformulação deste Conselho, considera-se que uma participação numérica desproporcionada desses membros comprometerá a ruptura pretendida com os processos e as condutas administrativas que caracterizavam o regime anterior.

5) Finalmente, enviamos para atenção do Ministério a solicitação de Conselheiros da SBF de que seja a constituição desta comissão objeto de análise entre a comunidade e representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, em encontro a ser realizado na próxima Reunião Anual da SBPC, evento que ocorrerá dentro de poucas semanas, em Belo Horizonte.

Atenciosamente,

a) *Fernando de Souza Barros*
Presidente da Sociedade
Brasileira de Física

ANEXO 3

TELEGRAMA

Dr. Roberto Santos
Presidente do CNPq

A Sociedade Brasileira de Física alerta para a necessidade de aumento imediato e significativo dos tetos atuais das bolsas de Pós-Graduação e de pesquisa recomendando a vinculação desta última ao sistema salarial vigente para pesquisadores dos Institutos do CNPq.

a) *Fernando de Souza Barros*
Presidente da Sociedade
Brasileira de Física

ANEXO 4

RELATÓRIO AO CONSELHO DA SBF

Belo Horizonte, 13 de julho de 1985

Como representante da SBF na Comissão criada pela CLAF, constituída por representantes das Sociedades de Física do Brasil, Argentina e México, para discutir a questão das armas nucleares na América Latina, informa que:

- 1) Dirigi-me em cartaz, cujas cópias enviei ao Presidente da SBF, Prof. Fernando de Souza Barros, às Sociedades de Física da Argentina e do México propondo reunião da comissão que seria realizada no Rio em junho;
- 2) Dirigi-me ao Ministério das Relações Exteriores enquanto o Prof. Souza Barros fêz o mesmo em relação ao Ministério da Ciência e Tecnologia pedindo apoio para a reunião;
- 3) Não foi possível efetuar a reunião por falta de meios financeiros;
- 4) A Associação de Física, Argentina, enviou longa carta demonstrando interesse grande no problema, mas sem meios também para financiar a viagem necessária ao Rio;
- 5) Levantei a questão na Conferência Pugwash, em Campinas, em julho deste ano, sendo aprovado apoio à iniciativa da SBF.

Luiz Pinguelli Rosa

ATA DA XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA

Belo Horizonte, 15 de julho de 1985

A Assembléia Geral da Sociedade Brasileira de Física foi aberta às 18 horas pelo Presidente Fernando de Souza Barros com a presença do Vice-Presidente Francisco Flávio Torres de Araújo, do Secretário Geral Francisco César Sã Barreto, do Secretário Gil da Costa Marques, do Tesoureiro Carlos Alberto da Silva Lima e da Secretária de Ensino Deise Miranda Vianna. Iniciando os trabalhos o presidente leu o relatório das atividades da presidência referente ao período 84-85: (1) Atuações com outras sociedades científicas: Presidência da Federação Latino-Americana de Sociedades de Física. Atuações: Levantamento, com a participação do Secretário Executivo, das resoluções das diretorias das sociedades de física sobre III Encontro das Sociedades de Física, a ser realizado na sede da Secretaria Executiva, em Lima, Peru, (agosto de 1985), apoio às tentativas iniciais para realização de encontro em 1985 de representantes das sociedades de física brasileira, argentina e mexicana. (A coordenação destas tentativas está a cargo de Luiz Pinguelli Rosa). (ii) Atuação dentro da SBPC para o encontro aberto do Ministro da Ciência e Tecnologia com os representantes das sociedades científicas, em São Paulo, (maio de 1985). Atuação na Regional Rio-SBPC de encontro aberto de pesquisadores com os novos dirigentes do CNPq e da CAPES. (iii) Participação da Comissão de Representantes das Sociedades Científicas para acompanhamento de instalação do Ministério da Ciência e Tecnologia (1º semestre de 1985). Atuações: Participação de todas as visitas da Comissão (MCT, CNPq, FINEP, Presidência da República); participação de todas as reuniões da Comissão para definição do programa de trabalho da Comissão; definições de assuntos a serem abordados nas visitas e das deliberações da comissão sobre propostas apresentadas pelo MCT. (2) Manifestações da SBF às Agências de Fomento, Ministérios e Missões Científicas no Brasil. (1) Documento enviado ao candidato Tancredo Neves (janeiro 1985). Publicado no Boletim Informativo da SBF, nº 2, 1985. (ii) Documento do Conselho e Diretoria sobre os "Simpósios Franco-Brasileiros" (1985). Informando a Cooperação Científica da Missão Diplomática Francesa de que a SBF não incorpora ao seu programa de reuniões aqueles eventos que não coordena oficialmente. (iii) Documento do Conselho e Diretoria sobre o "Laboratório Nacional de Radiação Síncrotrônica". Enviado ao MCT (maio 1985). Solicitando reexame do projeto face às razões apresentadas. (iv) Documento da Reunião Tópica de Matéria Condensada entregue ao atual presidente do CNPq (maio de 1985)). Solicitando ação

imediate para recuperaçãõ do patrimônio científíco nacional e participaçãõ da comunidade na definiçãõ de polítícas de õrgãõs de fomento. (v) Documento do Conselho e Diretoria da SBF sobre o PADCT enviado aos dirigentes do CNPq, FINEP, STI, CAPES e ao Secretário Executivo do PADCT. Assunto: Não indicaçãõ de candidatos para os Grupos de Consultores Credenciados (GCC), (agosto 1984). (vi) Documento para o MEC da SBF em defesa das universidades autárquicas (agosto 1984). (vii) Carta ao Superintendente de Desenvolvimento Científíco do CNPq informando que a SBF não indicaria nomes de candidatos para o Comitê de Física e Astronomia (agosto 1984). (viii) Documento da SBF para a APS (American Physical Society) solicitando apoio para a defesa do desenvolvimento de tecnologia avançada em países do terceiro mundo (agosto 1984). (3) Participaçãõ da SBF em Reuniões ou Congressos (eventos não pertencentes a programaçãõ da SBF). (i) Simpósio Internacional de Física (em comemoraçãõ aos 70 anos do Professor Mário Schenberg (agosto 1984), em São Paulo). (ii) Encontro Latino-Americano sobre Lasers e Aplicações (Medellin, Colombia, outubro 1984). (iii) Reunião Anual da Associação Física Argentina (Buenos Aires, 1984). Em seguida, o Secretário Geral apresentou o Relatório referente às reuniões científícas realizadas no período de 84-85, informando sobre o número de participantes e do apoio concedido pelo programa de reuniões (FINEP): (i) VII RTFNB, 153 participantes, Cr\$ 15.191.827; (ii) V ENFPC, 125 participantes, Cr\$ 5.431.611; (iii) VI SNEF, 640 participantes, Cr\$ 10.233.083; (iv) VIII ENFMC, 380 participantes, Cr\$ 50.190.560; (v) RA SBF, 400 participantes, Cr\$ 30.000.000; (vi) EVJAS, Partículas, 120 participantes, Cr\$ 10.643.500; (vii) EVJAS, Nuclear, 20 participantes, Cr\$ 272.000. Além desses encontros oficiais da SBF, receberam apoio os seguintes: (viii) I SERNE, 150 participantes, Cr\$ 1.066.145; (ix) IV Escola de Cosmologia e Gravitaçãõ, 106 participantes, Cr\$ 14.848.414; (x) VII EFIS-SUL, participantes, Cr\$ 1.499.963. Foram gastos com reuniões do Conselho e Diretoria e Comissões da SBF, Cr\$ 12.610.733. Logo em seguida a Secretária apresentou seu relatório: No período de julho de 1984 a junho de 1985, foram editados pela Sociedade Brasileira de Física 4 (quatro) Boletins Informativos da SBF, 4 (quatro) volumes da Revista Brasileira de Física, 4 (quatro) volumes da Revista de Ensino de Física. Ocorreram: uma reunião da Comissão Editorial, uma reunião do Corpo Editorial da Revista Brasileira de Física, uma Reunião do Corpo Editorial da Revista de Ensino de Física. O nome da nova Revista a ser editada pela Sociedade Brasileira de Física será "Revista de Física Aplicada e Instrumentaçãõ", e o primeiro volume está sendo aguardado para agosto. Foi lido em seguida o relatório da Tesouraria: Neste período, a Sociedade Brasileira de

Física registrou um aumento de seu corpo social que manteve o padrão de crescimento observado nos últimos anos. Contamos hoje, com um corpo social cadastrado de 5.500 sócios, entre efetivos e aspirantes. A participação efetiva, no entanto, se avaliada pelo número de sócios quites ao final de 1984 atinge apenas 2.440 sócios (85% efetivos e 15% aspirantes) registrando-se assim, um acréscimo de 150 sócios quites em relação ao final de 1983. A partir de abril de 1985, com a autorização da Diretoria e do Conselho, estão sendo adotadas medidas no sentido de aumentar esta participação, buscando-se novos esquemas de coleta de anuidades via Carnês Bancários, que já foram enviados a cerca de 3.000 sócios cobrando as taxas de 1985 e 1984, quando em atraso. A resposta, até o momento revela-se satisfatória e parece-nos adequado que este sistema siga sua implantação, até atingir todo o corpo social. A receita, no período, com anuidades e assinaturas de revistas, conforme registrado em nosso balanço foi de Cr\$ 82.688.366 (oitenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil e trezentos e sessenta e seis cruzeiros). Além dessas receitas, a Sociedade contou com ingressos advindo de aplicações financeiras (Cr\$ 11.386.264 (onze milhões, trezentos e oitenta e seis mil e duzentos e sessenta e quatro cruzeiros)), taxas de inscrições de Reuniões Científicas (Cr\$ 29.964.573 (vinte e nove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e setenta e três cruzeiros)), doações diversas (Cr\$ 20.765.000 (vinte milhões, setecentos e sessenta e cinco mil cruzeiros)) e locação de espaço no Boletim (Cr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros)) totalizando um ingresso de Cr\$ 146.864.203 (cento e quarenta e seis milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil e duzentos e três cruzeiros). Com esta receita própria, a Sociedade deveria manter suas atividades estatutárias (inclusive a edição de Revistas e do Boletim, a realização de reuniões científicas e da Reunião Anual) e manter sua Secretaria Executiva (com uma folha de pagamento e encargos sociais que no período totalizou Cr\$ 64.505.929 (sessenta e quatro milhões, quinhentos e cinco mil e novecentos e vinte e nove cruzeiros). Novamente, foi fundamental o apoio financeiro recebido dos órgãos de financiamento, embora registremos com satisfação que estamos, essencialmente viabilizados financeiramente no que diz respeito a manutenção de nossa Secretaria Executiva e nossas atividades societárias básicas. A edição das revistas e a realização das Reuniões Científicas e Anual continuam a receber decisivo apoio do CNPq, FAPESP, CAPES e FINEP que no período totalizaram: Cr\$ 467.626.284 (quatrocentos e sessenta e sete milhões, seiscentos e vinte e seis mil e duzentos e oitenta e quatro cruzeiros). Apesar da profunda erosão inflacionária dos recursos entre sua solicitação e obtenção, além de cortes, a Sociedade não viu neste período, en-

cargos financeiros maiores do que sempre enfrentou, ao longo dos últimos anos. Estamos certos de poder contar com o decisivo apoio de nossos sócios, que compreenderão a necessidade de corrigirmos as anuidades semestralmente como forma de recompor, ainda que parcialmente, seu valor efetivo e, assim, poderemos manter a SBF no fiel cumprimento de suas atividades estatutárias. A Secretária de Ensino apresentou alguns comentários sobre o IV Simpósio de Ensino e ressaltou que o Conselho da SBF aprovou a realização do Simpósio com periodicidade de 2 (dois) anos, atendendo uma solicitação da Assembléia do IV SNEF, que havia sido aprovada pela Comissão de Reuniões. Os relatórios foram aprovados pela Assembléia. Dando prosseguimento, o Presidente passou a palavra ao presidente da Comissão Eleitoral que leu a ata da apuração das eleições. "As dez horas do dia vinte e um de junho do ano de um mil, novecentos e oitenta e cinco, na sala de reuniões do Departamento de Física Matemática do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, foram apurados os votos recebidos para as eleições da nova Diretoria da Sociedade Brasileira de Física para o período de julho de 1985 a julho de 1987 e eleições para 5 (cinco) membros titulares do Conselho para o período de julho de 1985 a julho de 1989 e 5 (cinco) membros suplentes para o período de julho de 1985 a julho de 1987. Para estas eleições, foram recebidos 625 (seiscentos e vinte e cinco) votos. Os votos nulos para cada cargo estão indicados em tabelas." Foram eleitos para a Diretoria: Presidente: Ramayana Gazzinelli (434 votos); Vice-Presidente: Sérgio Machado Rezende (476 votos); Secretário Geral: Humberto Brandi (450 votos); Secretário: Gil da Costa Marques (497 votos); Tesoureiro: Artemio Scalabrin (467 votos); Secretário de Assuntos de Ensino: Luiz Carlos Menezes (487 votos). Foram eleitos para o Conselho: José Leite Lopes (272 votos); Ernst Wolfgang Hamburger (171 votos); Cid Bartolomeu de Araújo (148 votos); Henrique Fleming (141 votos) e Oscar Sala (136 votos), como titulares e, Luiz Davidovich (135 votos), Fernando C. Zawislack (133 votos), Francisco César Sã Barreto (127 votos), Natanael Rohr da Silva (122 votos) e Jayme Tiomno (121 votos) como suplentes. Não houve quorum para modificações dos estatutos referentes a criação da categoria de sócio institucional (589 votos a favor) e inclusão do Secretário Adjunto para Assuntos de Ensino como membro da Diretoria (590 votos). Prosseguindo, o presidente apresentou os agradecimentos aos funcionários da SBF (Conceição, Viviane, Sidney, Júlio, Roberto e Neusa), aos seus colegas de Diretoria, aos conselheiros e editores das revistas da SBF. Em seguida, houve a transferência de cargos, tendo sido empossada a Diretoria eleita para o período 1985-87. A Diretoria eleita tomou posse às 18:50 horas convidando o Prof. Ardem Zylbersztajn para participar da

mesa. O Prof. Ramayana Gazzinelli, em nome da nova Diretoria, ende reçou breves palavras à Assembléia. A seguir, o Prof. Luiz Carlos Menezes, Secretário para Assuntos de Ensino, dirigiu-se à Assembléia pedindo sugestões e colaboração em relação à iniciativas ligadas ao ensino de Física no País. A Profa. Deise solicitou a palavra para dar um informe à Assembléia. O Prof. Humberto Brandi, Secretário Geral, passou a ler as moções dirigidas a mesa, iniciando-se também a fase de discussão das moções. 1) Moção: Carreira de Técnico de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica. Aprovada. 2) Sobre bolsas de Apoio à Pesquisa. Aprovada. 3) Moção à SBF: para encaminhamento ao MEC da Mesa Redonda de Avaliação de Pós-Graduação. Aprovada. 4) Moção a ser encaminhada ao Sr. Ministro da Educação, aprovada no Encontro da Assembléia da SBPC. Aprovada. 5) Moção à SBF: A mesa redonda de avaliação de Pós-Graduação. Aprovada. 6) Moção à SBF: Da mesa redonda de avaliação de Pós-Graduação. Aprovada. 7) Moções da mesa sobre energia nuclear da SBF, encaminhada à SBPC. Aprovada. 8) Moção do Encontro de Aperfeiçoamento de Professores Secundários. Aprovada. 9) Da mesa redonda de Pós-Graduação. Aprovada. 10) Moção a ser encaminhada à SBPC sobre a Nicarágua. Aprovada. 11) Moção a ser encaminhada à SBPC sobre Informática. Aprovada. 12) Moção sobre o PADCT a ser encaminhada à SBPC. Aprovada. 13) Moção à Diretoria e Conselho da SBF. Aprovada. 14) Moção a ser encaminhada ao CNPq. Aprovada. Sem mais nada a ser discutido a reunião foi encerrada às 21:00 horas. (a) Prof. Humberto Brandi, Secretário Geral da SBF.

MOÇÃO APRESENTADA NA XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA SBF

Belo Horizonte, MG, em 15 de julho de 1985

- Aprovada na XIX Assembléia Geral da SBF
- Dirigida a: CAPES, CNPq e FINEP

PROPOSTA

Que a CAPES, CNPq e FINEP empreendam programas especiais de apoio aos centros emergentes de Física no Brasil de modo a que estes possam se consolidar como centros de pós-graduação e pesquisa. Este apoio deverá ser dado não apenas em forma de bolsas, mas também numa ajuda global para infra-estrutura. Maior aumento de bolsa. Da mesa redonda sobre avaliação da Pós-Graduação.

MOÇÃO APRESENTADA NA XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA SBF

Belo Horizonte, MG, em 15 de julho de 1985

- Aprovada na XIX Assembléia Geral da SBF
 - Dirigida a: Sociedade Brasileira de Física
- Mesa Redonda de Avaliação de Pós-Graduação

PROPOSTA

Sugerimos que a SBF faça, independentemente do Governo, uma avaliação da atual situação da Física Brasileira, procurando identificar as áreas mais carentes, analisar a evolução histórica da Física no País, e identificar mecanismos que estimulem o aumento do volume da Física Brasileira e a elevação de sua qualidade.

MOÇÃO APRESENTADA NA XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA SBF

Belo Horizonte, MG, em 15 de julho de 1985

- Aprovada na XIX Assembléia Geral da SBF
- Dirigida a: Ministro de Ciência e Tecnologia e CNPq

JUSTIFICATIVA

a) Os anseios da comunidade científica do Brasil para o estabelecimento de uma infra-estrutura consubstanciada através da criação de um sistema de apoio técnico diferenciado à Ciência e a Tecnologia;

b) O recente engajamento do CNPq com a introdução de novo programa para concessão de bolsas para técnicos de apoio;

c) A necessidade de ampliação dessa programação do CNPq diante das necessidades reais da pesquisa por todo território nacional;

d) Ser fundamental a manutenção das bolsas a título emergencial e nunca em caráter permanente para garantia da vitalidade do sistema e distribuição do benefício e oportunidades a maior número possível de técnicos;

e) Ser indispensável definir critérios de avaliação da qualificação e da produtividade em função das diferentes peculiaridades regionais, mas dentro dos princípios gerais defendidos em documentos pela SBPC, SBF e APqC e calçados no "Curriculum Vitae" do pesquisador, do técnico e no valor do projeto que apoia.

PROPOSTA

a) Divulgação do Sistema de Apoio Técnico Diferenciado à Pesquisa e Tecnologia junto a Instituições de pesquisa, a entidades científicas, a Universidades Federais, Estaduais e Municipais e a escolas técnicas;

b) Requerer reunião conjunta com o Ministro de Ciência e Tecnologia, o Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e representantes da SBPC, APqC e SBF que atualmente cuidam da matéria para estabelecimento de uma programação que agilize os mecanismos, uniformize os propósitos e atenda as diferenças regionais com a criação de um Sistema de Apoio Técnico Diferenciado à Ciência e à Tecnologia em todo o País.

MOÇÃO APRESENTADA NA XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA SBF

Belo Horizonte, MG, em 15 de julho de 1985

- Aprovada na XIX Assembléia Geral da SBF
- Dirigida a: Ministro Renato Archer - MCT
Dr. Roberto Santos - CNPq

JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade de valorizar e incentivar a atividade de pesquisa nas universidades brasileiras, a Assembléia:

PROPOSTA

Solicita que os tetos das bolsas de pesquisa do CNPq sejam reajustados no mínimo no mesmo nível em que os vencimentos dos docentes das universidades federais autárquicos foram.

MOÇÃO APRESENTADA NA XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA SBF

Belo Horizonte, MG, em 15 de julho de 1985

- Aprovada na XIX Assembléia Geral da SBF
- Dirigida a: Ao MEC, à Comissão de Reestruturação da Universidade e Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

JUSTIFICATIVA

1) As regras de admissão e promoção na carreira tem uma forte influência sobre a atividade dos docentes e a produtividade das e

quipes de pesquisa dos cursos e dos departamentos;

2) A atual carreira do magistério superior das Universidades Federais não contém estímulos ao aperfeiçoamento dos docentes, a titulação pós-graduada e a sua produção intelectual, pois propicia a progressão funcional por tempo de serviço e independente da avaliação do desempenho.

PROPOSTA

1) Determinar que a carreira do magistério superior deva ser modificada de modo a aumentar decididamente os incentivos à formação pós-graduada, à produtividade no ensino e na pesquisa e à dedicação exclusiva;

2) Solicitar que as instituições de ensino superior promovam uma ampla discussão da carreira do magistério e encaminhe ao MEC, em um prazo determinado, propostas concretas de sua modificação.

MOÇÃO APRESENTADA NA XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA SBF

Belo Horizonte, MG, em 15 de julho de 1985

- Aprovada na XIX Assembléia Geral da SBF
- Dirigida a: Ao Ministério da Educação

JUSTIFICATIVA

O regime de 40 horas semanais de contrato para docentes das Universidades Federais Autárquicas corresponde à mesma carga horária de trabalho que o regime de dedicação exclusiva. Nota-se que o número de docentes em regime de 40 horas tem aumentado, já tendo atingido a maioria em algumas Universidades. Muitos docentes tem se transferido do regime de dedicação exclusiva para o regime de 40 horas, assumindo então outros empregos secundários. Muitos outros, ao contrário, consideram como secundário o seu emprego na Universidade, e não cumprem efetivamente a carga de 40 horas semanais. Esta situação tem sido contribuição acentuada no decréscimo da qualidade observada nas Universidades Federais Autárquicas. Considerando que o regime compatível com o melhor desempenho acadêmico do docente é o de dedicação exclusiva e que há o regime de 20 horas semanais para abrigar as necessidades existentes em certas áreas de contar com profissionais externos especializados para docência, propomos:

PROPOSTA

- 1) Aumentar consideravelmente a percentagem de gratificação por dedicação exclusiva em relação ao salário básico;
- 2) Tendo sido implementada a primeira medida, extinguir o regime de 40 horas;
- 3) Dar opção aos atuais docentes contratados em regime de 40 horas para o regime de dedicação exclusiva ou para o regime de 20 horas semanais.

MOÇÃO APRESENTADA NO XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA SBF

Belo Horizonte, MG, em 15 de julho de 1985

- Aprovada na XIX Assembléia Geral da SBF
- Dirigida a: Assembléia da SBPC, Presidência da República, Presidência do Congresso Nacional, Imprensa

JUSTIFICATIVA

a) Considerando que a comunidade científica, particularmente através da SBF e da SBPC, vem manifestando seu repúdio ao Acordo Nuclear desde sua formulação, através de críticas fundamentadas, cuja validade foi confirmada no decorrer do tempo;

b) Considerando que não apenas a comunidade científica, mas também outros setores da Sociedade Civil, representativos de preocupações diretamente vinculadas à execução do Acordo, jamais foram plenamente informados nem ouvidos sobre o mesmo.

PROPOSTA

a) Solicitamos ao Presidente da República, a constituição de uma Comissão para análise e revisão do Programa Nuclear, composta de membros de organismos representativos de setores da Sociedade Civil relacionados com o Programa Nuclear, entre os quais a Sociedade Brasileira de Física e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência excluídos representantes dos órgãos responsáveis pela formulação e execução do Programa Nuclear;

b) Consideramos indispensável para o funcionamento da Comissão que a mesma tenha pleno acesso a todas as informações necessárias relativas ao Acordo Nuclear, inclusive a cláusulas que tenham sido mantidas em segredo, até o momento;

c) Solicitamos ao Congresso Nacional que organize um amplo

debate sobre o tema, com a participação de todos os setores da Sociedade Civil por ele afetados.

MOÇÃO APRESENTADA NA XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA SBF

Belo Horizonte, MG, em 15 de julho de 1985

- Aprovada na XIX Assembléia Geral da SBF
- Dirigida a: Sociedade Brasileira de Física

Moção da Mesa de Energia Nuclear - SBF
Encaminhada por Luiz Pinguelli Rosa

- 1) Que a CNEN saia em âmbito de MME e se transfira para o Ministério de Ciência e Tecnologia;
- 2) Que se manifeste apoio à iniciativa do Presidente da República de formar uma comissão para estudar a revisão do Acordo Nuclear e que nela estejam representadas a SBPC e a SBF, bem como outras entidades da Sociedade Civil;
- 3) Que se privilegie o Congresso Nacional como forum do debate nuclear, nele incluindo a questão das armas atômicas;
- 4) Que paralelamente à desejada participação de membros da comunidade científica nas Comissões do governo sobre energia nuclear, seja constituída uma comissão da SBF-SBPC para analisar o assunto, incluindo a conveniência do cancelamento da Central de Angra III.

ADENDO: Como adendo, foi proposta como sugestão: à OAB, à Associação de Empregados da Nuclebrás.

MOÇÃO APRESENTADA NA XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA SBF

Belo Horizonte, MG, em 15 de julho de 1985

- Aprovada na XIX Assembléia Geral da SBF
- Dirigida a: Assembléia da SBF, Presidente da República, Presidente do Senado, Câmara dos Deputados e à Imprensa

JUSTIFICATIVA

- a) Considerando que uma das funções da Comissão Nacional de Energia Nuclear é fiscalizar as atividades ligadas à Energia Nuclear;
- b) Considerando a impropriedade de que tal órgão fiscalizador esteja subordinado ao mesmo Ministério responsável pela execu-

ção dessas atividades (Ministério das Minas e Energia)

c) Considerando que outra função relevante da Comissão Nacional de Energia Nuclear é o fomento de atividades de pesquisa científica e tecnológica no setor da Energia Nuclear e setores correlatos.

PROPOSTA

Propomos que a Comissão Nacional de Energia Nuclear seja transferida do Ministério das Minas e Energia para o Ministério de Ciência e Tecnologia.

MOÇÃO APRESENTADA NA XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA SBF

Belo Horizonte, MG, em 15 de julho de 1985

- Moção retirada do Encontro de Aperfeiçoamento do Professor Secundário e o que Ensinar no 2º Grau

JUSTIFICATIVA

Considerando a inexistência de tempo disponível, na carga horária de trabalho dos professores de 1º e 2º graus, para cursos de aperfeiçoamento, o grupo de professores reunidos na Reunião Anual da SBF de 1985:

PROPOSTA

a) A criação a nível nacional de tempo de estudo dentro da carga horária de trabalho do professor para que este se dedique a cursos de aperfeiçoamento ou pesquisa em ensino. Esta carga horária não corresponderia a já existente em alguns Estados para correção de provas e preparação de aulas;

b) A criação a nível nacional de um semestre de estudo para cada 5 anos de trabalho dedicado a atividade de ensino.

Recomenda-se o envio da moção ao MEC.

MOÇÃO APRESENTADA NA XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA SBF

Belo Horizonte, MG, em 15 de julho de 1985

- Aprovada na XIX Assembléia Geral da SBF
- Dirigida a: Às Sociedades Científicas Americanas do Norte (EUA)

JUSTIFICATIVA

A opinião pública dos Países Latino-Americanos vem acompanhando com grande preocupação os fatos que se desenrolam presentemente na América Central. São particularmente graves as indicações divulgadas pela imprensa americana, que dão conta de uma provável intervenção militar dos Estados Unidos na Nicarágua. Tal fato seria coroar uma série de atos contrários ao princípio de não intervenção e às leis internacionais, já condenadas inclusive pelo Tribunal Internacional de Haia. O Congresso dos Estados Unidos discute abertamente as propostas do Governo Reagan, desestabilização de um governo legalmente eleito, e com o qual os Estados mantêm relação diplomáticas.

Diante da ameaça de uma nova tragédia na escala daquela que martirizou o povo do Vietnã, consideramos que os cientistas brasileiros, através de suas sociedades representativas, devem juntar-se num esforço pela paz, e pela alta determinação dos povos do nosso continente e, neste caso em particular, expressando sua solidariedade com o povo nicaraguense.

PROPOSTA

A Sociedade Brasileira apela à Sociedade Americana, para que interceda junto às autoridades e à opinião pública americana a respeito do agravamento da situação na América Central. Os cientistas brasileiros solidários com o povo nicaraguense, manifestam sua apreensão diante do risco de uma intervenção das Forças Armadas dos Estados Unidos na Nicarágua, o que acarretaria uma tragédia de proporções imprevisíveis para o Continente. Consideramos que o melhor caminho para o encaminhamento das diferenças entre os Governos é a mesa de negociações, e não o campo de batalha. No âmbito da atividade científica, este ato inviabilizaria a cooperação e intercâmbio entre os cientistas do hemisfério, tão importantes para o desenvolvimento da Ciência e Cultura na região.

MOÇÃO APRESENTADA NA XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA SBF

Belo Horizonte, MG, em 15 de julho de 1985

- Aprovada na XIX Assembléia Geral da SBF
- Dirigida a: Presidente da República
Liderança da Câmara e Senado
Ministro da Ciência e Tecnologia
Ministro da Indústria e Comércio

JUSTIFICATIVA

A lei da reserva de mercado em informática (lei nº 7.232) aprovada pelo Conselho Nacional é absolutamente essencial para possibilitar o desenvolvimento da alta tecnologia no País. Só foi aprovada por causa da grande mobilização conseguida pelos brasileiros que compreenderam sua importância, a despeito da enorme pressão exercida pelas empresas multinacionais, pelo FMI, e pelo próprio Governo dos Estados Unidos sobre o Governo Brasileiro e o Congresso. Para surpresa de todos nós, o Congresso da Nova República ameaça destruir a Lei de Informática excluindo a Zona Franca de Manaus de sua abrangência. Recentemente foi aprovada pelo Senado Federal através do voto de sua liderança, uma emenda alterando a Lei nº 7.232, que se for também aprovada pela Câmara dos Deputados, permitirá às empresas multinacionais fabricarem em Manaus componentes de computadores reservados para a indústria nacional no resto do País. Isto inevitavelmente destruirá a indústria nacional de informática e desestimulará o desenvolvimento científico e tecnológico do País no setor.

PROPOSTA

Recomendar que a proposta de alteração da Lei de Informática não seja aprovada.

MOÇÃO APRESENTADA NA XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA SBF

Belo Horizonte, MG, em 15 de julho de 1985

- Aprovada na XIX Assembléia Geral da SBF
- Dirigida a: Ministros da C&T, Educação, Indústria e Comércio, Presidentes do CNPq, FINEP, CAPES e Diretor da STI, Secretário Executivo do PADCT

JUSTIFICATIVA

Considerando que mais de 30 associações científicas já subcreveram um documento, encaminhando ao Presidente da República no Governo anterior pedindo a revisão do PADCT, sendo preliminarmente ouvida a comunidade científica através de amplo debate.

Considerando que o Programa vem tendo prosseguimento, inclusive com a publicação de novos Editais, e com a informação de que em breve deverão ser alocados recursos aos novos Projetos aprovados em decorrência desses Editais, sem que tenha ocorrido qualquer revisão.

PROPOSTA

Reiterar aos responsáveis pelo PADCT a preocupação da Comunidade Científica quanto ao programa e a necessidade de sua revisão, ouvindo-se esta comunidade.

MOÇÃO APRESENTADA NA XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA SBF

Belo Horizonte, MG, em 15 de julho de 1985

- Aprovada na XIX Assembléia Geral da SBF
- Dirigida a: Diretoria e ao Conselho da SBF

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista o aprimoramento do processo eleitoral da SBF, e buscando uma participação mais efetiva dos sócios neste processo.

PROPOSTA

Criação de uma Comissão Nacional com a finalidade de serem rediscutidos os Estatutos da SBF no que se refere às eleições da Diretoria e Conselho. Esta Comissão teria como atribuições principais:

- Estimular uma discussão ampla sobre isto, através das secretarias regionais, durante o período de um ano;
- Recolher as sugestões e propostas feitas e divulgá-las amplamente;
- Apresentar na próxima Assembléia Geral da SBF, as principais propostas surgidas destas discussões a nível nacional, para em caso de aprovação submeter a uma Assembléia Extraordinária.

MOÇÃO APRESENTADA NA XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA SBF

Belo Horizonte, MG, em 15 de julho de 1985

- Aprovada na XIX Assembléia Geral da SBF
- Dirigida a: Ministério de Ciência e Tecnologia, CNPq

JUSTIFICATIVA

Considerando a recente implantação pelo CNPq do programa de bolsas de apoio técnico à pesquisa.

PROPOSTA

- Que as bolsas de apoio técnico sejam tratadas como as bolsas de estudos de iniciação, pós-graduação e de pesquisa; como con-

cessão baseada exclusivamente no mérito dos candidatos, dos orientados e dos projetos de pesquisa propostos;

- Que os tetos das bolsas sejam atualizados juntamente com as outras categorias de bolsistas e que elas sejam valorizadas para que o objetivo emergencial de fixação dos melhores técnicos nas instituições de pesquisa se faça sentir de imediato.

MOÇÃO APRESENTADA NA XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA SBF

Belo Horizonte, MG, em 15 de julho de 1985

- Aprovada na XIX Assembléia Geral da SBF
- Dirigida a: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

JUSTIFICATIVA

a) Considerando que o Governo Federal se manifesta agora disposto a discutir e efetuar uma revisão profunda do Programa Nuclear Brasileiro, admitindo o cancelamento de obras nucleares previstas pelo Acordo com a Alemanha;

b) Considerando que o Presidente da República manifestou sua intenção de formar uma Comissão oficial para tratar deste assunto, na qual a Sociedade Brasileira de Física reivindica estar representada juntamente com a SBPC, e com outras entidades relacionadas à questão nuclear.

PROPOSTA

Propomos que a SBF e a SBPC conjuntamente constitua uma Comissão para analisar a questão nuclear no contexto político atual, acompanhar os trabalhos da Comissão do Governo e fornecer subsídios e sugestões à mesma, incluindo o problema do cancelamento do reator de Angra III.

MOÇÃO APRESENTADA NA XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA SBF

Belo Horizonte, MG, em 15 de julho de 1985

- Aprovada na XIX Assembléia Geral da SBF
- Dirigida a: Sociedade Brasileira de Física

PROPOSTA

Propomos que a SBF proteste junto à CAPES pelos constantes a

trazos no pagamento das bolsas de Mestrado e Doutorado. Este fato contribui significativamente para a intranquilidade e desprestígio da Pós-Graduação com resultados imprevisíveis para o desenvolvimento da ciência no País.

MOÇÃO APRESENTADA NA XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA SBF

Belo Horizonte, MG, em 15 de julho de 1985

- Aprovada na XIX Assembléia Geral da SBF
- Dirigida a: Conselho Nacional de Pesquisas

JUSTIFICATIVA

Recomenda que o reajuste mínimo das bolsas de pesquisador seja equivalente as concedidas pelo Ministério da Educação aos professores das Universidades Federais Autárquicas.

Luiz Pinguelli Rosa

MOÇÃO APROVADA NO ENCONTRO DE APERFEIÇOAMENTO DO PROFESSOR SECUNDÁRIO E O QUE ENSINAR NO 2º GRAU

JUSTIFICATIVA

Considerando a inexistência de tempo disponível, na carga horária de trabalho dos professores de 1º e 2º graus, para cursos de aperfeiçoamento.

PROPOSTA

a) Criação, a nível nacional, de tempo de estudo dentro da carga horária de trabalho do professor para que este se dedique a cursos de aperfeiçoamento ou pesquisa em ensino (esta carga horária não corresponderia a já existente em alguns Estados para correção de provas e preparação de aulas);

b) Criação, a nível nacional, de um semestre para aperfeiçoamento para cada 5 anos de trabalho dedicado à atividade de ensino.

Dirigida ao MEC.

ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA E CONSELHO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA

Aos dezesseis dias do mês de julho de 1985, foi realizada a Reunião da Diretoria e Conselho da Sociedade Brasileira de Física. Presentes:- Diretoria: Ramayana Gazzinelli, Sérgio Rezende, Humberto Brandi, Gil da Costa Marques, Artêmio Scalabrin, Luiz Carlos Menezes. Conselho: Henrique Fleming, Cid Bartolomeu de Araújo, Jaime Tiomno, Herch Moysés Nussenzveig, José Leite Lopes, João Zanetic, Luiz Pinguelli Rosa, Ernst Wolfgang Hamburger. Convidados: Fernando Souza Barros, Francisco César de Sá Barreto, Arden Zylberstajn, Deise Miranda Vianna, Nelson Ferrari Junior, Roberto Jorge dos Santos, Sylvio Canuto, Francisco Flávio T. Araújo, Michael André Aegerter, Francisco Guilherme Emmeriche, Irene Aveline, Fernando Dagnoni Prado, Wagner Figueiredo, Fernando Oliveira, Antonio Ferreira da Silva. A reunião iniciou-se às 10 horas sob a presidência do Prof. Ramayana Gazzinelli, que passou a palavra ao Prof. Francisco César de Sá Barreto para leitura da ata da reunião da antiga Diretoria e do Conselho realizada em 13/07/85. Tendo sido essa ata aprovada, o Prof. Ramayana tomou a palavra e explicou a razão pela qual a pauta não foi distribuída. Iniciou apresentando as moções aprovadas na Assembleia da SBF realizada em 15/07/85. Foi sugerido que a moção sobre energia nuclear fosse encaminhada à Imprensa. O Prof. Ramayana informou que será levada à imprensa hoje à tarde. Passou-se à leitura das moções dirigidas apenas a SBF. 1) Moção aprovada no Encontro Aperfeiçoamento Secundário e o que Ensinar no 2º Grau. Considerando a inexistência de tempo disponível, na carga horária de trabalho dos professores de 1º e 2º graus, para cursos de aperfeiçoamento: a) Criação, a nível nacional, de tempo de estudo dentro da carga horária de trabalho do professor para que este se dedique a cursos de aperfeiçoamento ou pesquisa em ensino (esta carga horária não corresponderia às já existentes em alguns Estados para correção de provas e preparação de aulas). b) Criação a nível nacional, de um semestre para aperfeiçoamento, para 5 anos de trabalho dedicado à atividade de ensino. Recomenda-se o envio da Moção ao MEC. 2) Moção: Da Mesa Redonda sobre Avaliação de Pós-Graduação. Que a CAPES e o CNPq empreendam programas especiais de apoio aos centros emergentes de Física no Brasil de modo a que estes possam se consolidar como centros de pós-graduação e pesquisa. Este apoio deverá ser dado não apenas em forma de bolsas mas também numa ajuda global para infraestrutura. Maior aumento de bolsa. Dirigida a: CAPES, CNPq e FINEP. 3) Moção: Mesa Redonda de Avaliação de Pós-Graduação. Dirigida a: Sociedade Brasileira de Física. Justificativa: Sugerimos que a SBF

faça, independentemente do Governo, uma avaliação da atual situação da Física brasileira procurando identificar as áreas mais carentes, analisar a evolução histórica da Física no País, e identificar mecanismos que estimulam o aumento do volume da Física brasileira e a elevação de sua qualidade. 4) Moção: Da Mesa Redonda de Avaliação de Pós-Graduação. Dirigida a: Sociedade Brasileira de Física. Justificativa: Propomos que a Sociedade Brasileira de Física proteste junto à CAPES pelos constantes atrasos no pagamento das bolsas de Mestrado e Doutorado. Este fato contribui significativamente para a intranquilidade e desprestígio da Pós-Graduação com resultados imprevisíveis para o desenvolvimento da ciência no País. 5) Moção: Ref.: Luiz Pinguelli Rosa. Dirigida a: CNPq. Justificativa: Recomenda que o reajuste mínimo das bolsas de pesquisador seja equivalente as concedido pelo Ministério da Educação aos professores das universidades federais autárquicas. As moções foram todas aprovadas por unanimidade. O Prof. Pinguelli propôs que a última proposta fosse acoplada a resolução sobre o mesmo assunto tomado na última reunião. A secretária Viviane trouxe a proposta sobre a questão nuclear para ser assinada e ser encaminhada a SBPC. O Prof. Ramayana leu então o texto da moção que passou a ser discutida. Após modificações de forma, foi aprovada. O Prof. Ramayana informou ser idéia da Diretoria levar pessoalmente uma carta de apresentação do novo Conselho e da Nova Diretoria à SBPC, Ministério da Ciência e Tecnologia, FINEP e autoridades. O Prof. Ramayana informou que teve um encontro com o adido científico francês a fim de esclarecer a questão dos Simpósios Franco-Latino-Americanos e a Diretoria irá reiterar os termos da carta enviada ao adido francês e publicada no Boletim nº 2 de 1985. O Prof. Ramayana apresentou à apreciação a questão do pagamento de US\$ 200.00 (duzentos dólares) anuais da taxa de filiação da SBF à Comissão Internacional de Ótica que vem sendo feita tradicionalmente pelo CNPq. Foi proposta a indicação de Francisco Guilherme Emmeriche para Secretário Regional do Espírito Santo, e a indicação do nome do Prof. Mário N. Baibich para Secretário Regional do Rio Grande do Sul. Ambos foram aprovados. Foram aprovados também os nomes para a Comissão de Admissão, constituída pelos professores Gil da Costa Marques, Sílvio Roberto A. Salinas e Sérgio Rezende para a Comissão Editorial da Revista de Física Aplicada e Instrumentação, constituída pelos Profs. Flávio Livi, Mário Engelsberg, Ross A. Douglas, Milton Ferreira de Souza, José Ellis Ripper Filho, Eustáquio G. da Silva, Alceu G. de Pinho, Luiz Roberto Caloba e um nome da USP. O Prof. Ramayana sugeriu que como uma medida para melhorar a situação financeira da SBF fosse fixada uma taxa anual correspondente a duas ORTNs.

A sugestão foi aprovada. Foi posta em discussão a possibilidade de se excluir da SBF os sócios devedores há vários anos. Após diversas manifestações dos presentes decidiu-se não tomar esta medida. Discutiu-se também a conveniência de restringir o número de revistas que o sócio tem direito a receber gratuitamente. Foi sugerido que se faça uma consulta à Comissão Editorial sobre modificações a serem introduzidas em relação ao recebimento de publicações por sócios. O Prof. Gil Marques levantou a situação dos membros eleitos como suplentes para o Conselho, profs. Francisco César de Sá Barreto e Natanael Rohr da Silva que obtiveram o mesmo número de votos. O Conselho decidiu que nesta situação a convocação será feita primeiro ao membro mais antigo da Sociedade. O Prof. Ramayana propôs que para todos os efeitos o Prof. Arden seja considerado como membro da Diretoria embora considerando-se as restrições estatutárias. A proposta foi aceita. O Prof. Gil relatou o trabalho feito pela Comissão de Recursos Humanos e as dificuldades encontradas no levantamento de dados. Informou sobre a existência de dados preliminares ainda não avaliados. Solicitou reforços para a Comissão. O Prof. Hamburger mencionou a necessidade de contratar-se um profissional na área. O Prof. Fernando Souza Barros propôs que se faça um esforço para se conseguir dados e informações nesta área, bem como procurar saber que tipo de levantamento deve ser feito. Aprovou-se a continuação dos trabalhos desta Comissão. O Prof. César relatou o trabalho da Comissão Pesquisa e Universidade que por dificuldades não pode funcionar adequadamente. Foi extinta. O Prof. Fernando de Souza Barros relatou o trabalho da Sub-Comissão de Acompanhamento da questão Nuclear que foi reconduzida. O Prof. Pinguelli pediu que a nova Diretoria apoie a realização de um encontro de representantes da SBF e Asociación Física Argentina, conforme indicação da reunião de sociedades de Física. O Prof. Moysés propôs que o Prof. Fernando de Souza Barros o substituísse na Comissão de Acompanhamento da Questão Nuclear. Após discussões, aprovou-se que a Comissão será constituída pelos Profs. Fernando de Souza Barros, Luiz Pinguelli Rosa, Luiz Carlos de Menezes, Alfredo Aveline e Sílvio R.A. Salinas. O Prof. Ramayana Gazzinelli passou a presidência da sessão ao Prof. Sérgio Rezende que comunicou a mudança do Secretário Regional de São José dos Campos, sendo aprovado o nome de Leonel Fernando Perondi. Como último assunto em pauta, o Prof. Sérgio Rezende apresentou proposta de ações a serem formados por esta Diretoria, em particular um levantamento crítico da atual situação da Física no Brasil. Nesse sentido, o Prof. Menezes mencionou o papel que a Comissão de Ensino pode ter neste campo de atuação. O Prof. César propôs que a Diretoria fa

ça um ante-projeto a ser apresentado a CAPES, CNPq ou FINEP a fim de viabilizar o projeto de levantamento que exigiria amplos recursos. O Prof. Moysés comentou sobre a importância de ser feito um estudo bem feito e de caráter diferente dos documentos de avaliação e perspectiva do CNPq, e pediu informações sobre quais os reais objetivos de tal avaliação - em que ela iria diferir dos documentos existentes. O Prof. Sérgio Rezende comentou que a idéia é formar Comissões de áreas específicas que pudessem fazer levantamentos sistemáticos do tipo feito pela Comissão de Ótica e apresentado na reunião típica de Matéria Condensada em 1985. O Prof. Ramayana retomou a presidência da reunião dizendo que esta idéia deve ser tema de discussão e de futura reunião de Conselho e Diretoria. Sobre este assunto manifestaram-se os Profs. Hamburger e Pinguelli e a Profa. Deise sugerindo discussões sobre esse assunto nas reuniões anuais. O Prof. Me nezes mencionou que tal avaliação teria um papel educativo sobre a interrelação de Física com a Sociedade. O Prof. Ramayana pediu sugestões de como implementar a moção sobre estudo de modificações possíveis nos processos de eleições da SBF. Propôs que a Comissão fosse constituída pelos atuais Secretários Regionais do Rio de Janeiro e de São Paulo e por seus antecessores imediatos. Nada mais havendo a ser discutido, a reunião foi encerrada as 14:30 horas. (a) Prof. Humberto Siqueira Brandi, Secretário Geral da Sociedade Brasileira de Física.

RESUMO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO E DIRETORIA DA SBF.

19 de outubro de 1985

- O Conselho e a Diretoria da SBF aprovaram a criação de uma Comissão destinada a analisar a questão do Laboratório de Radiação de Sincrotron. Para compor esta Comissão, foram convidados os professores Fernando de Souza Barros (UFRJ), Alejandro Szanto de Toledo (IFUSP) e Alceu Gonçalves de Pinho Filho (PUC/RJ).
- Respondendo a uma consulta do CNPq solicitando que a SBF indique nomes para comporem o Comitê Assessor de Física, o Conselho se posicionou contrariamente à indicação de nomes para o Comitê nas circunstâncias atuais. Foi, no entanto, aprovada uma consulta, no futuro, à comunidade com a finalidade de estabelecer um balisamento da SBF sobre o assunto.
- Herch Moysés Nussenzveig, Ernst W. Hamburger e Fernando de Souza Barros foram indicados para representar a SBF na reunião da Comissão de Representantes das Sociedades Científicas de 04/10/85.

- Foi escolhido o nome de Raul Donangelo para a Comissão Editorial da SBF em substituição a Raphael de Haro cujo mandato expirou.
- Ramayana Gazzinelli comunicou ter sido indicado pelo Presidente da República para membro da Comissão que vai rever a Política Nuclear Brasileira.
- Foi aprovado o documento submetido pelos professores Luiz Pinguelli Rosa e Fernando de Souza Barros sobre recentes pronunciamentos relacionados ao Programa Nuclear Brasileiro.
- O Prof. Oscar Sala comunicou que a IUPAP tem interesse em organizar uma reunião Internacional sobre "Energia" no Brasil em 1986.
- O Conselho manifestou seu interesse em iniciar a colaboração proposta pela Real Academia de Ciências da Espanha caso haja recursos.
- O Prof. João Steiner foi nomeado como membro do Corpo Editorial da Revista Brasileira de Física Aplicada e Instrumentação.
- Foi aprovada uma nota de pesar pelo falecimento do Prof. Pierre Lucie da PUC/RJ.

PROGRAMA DE AUXÍLIO DO CNPq NAS ÁREAS DE FÍSICA E ASTRONOMIA*

(1982 - 1985)

YASHIRO YAMAMOTO E DARLY HENRIQUES DA SILVA

O Programa de Auxílio do CNPq está subdividido em modalidades com finalidades bem definidas, segundo o quadro abaixo:

MODALIDADES	FINALIDADES
- PROJETOS DE PESQUISA	- Apoiar financeiramente a aquisição de bens materiais e o custeio de serviços necessários à realização de projetos de pesquisa.
- REALIZAÇÃO DE CONGRESSO	- Apoiar a realização de congresso, ciclos de conferência e outros eventos similares no país.
- PESQUISADOR VISITANTE	- Apoiar a visita de Pesquisador de outras instituições do país e do exterior para realização de programa de pesquisa e ensino.
- AUXÍLIO - VIAGEM	- Realização de estágios, cursos e visitas a Centros de Pesquisa no país e no exterior; participação em congressos no exterior e no país com a apresentação de trabalho.

O presente levantamento apresenta dados somente das grandes reuniões semestrais do CNPq para julgamentos de pedidos de auxílio. Justifica-se tal escolha, pelo fato de se querer analisar a modalidade de "Projetos de Pesquisa" que se constitui no instrumento teoricamente mais importante do Conselho para o Fomento da Ciência no País. Entretanto, os dados apresentados incluem a demanda bruta** também das outras modalidades, sem no entanto preju

* Apesar da Física e Astronomia serem áreas distintas as duas são tratadas de forma agregada a nível do CNPq.

** No caso específico do Programa de Auxílio, entende-se por Demanda Bruta o total de recursos solicitados pela comunidade científica e atualizado pelo CNPq para a época prevista para desembolso.

dicar a análise global, tendo-se em vista que a modalidade Projetos de Pesquisa representa, em média, cerca de 90% nas áreas da Física e Astronomia, do total da Demanda Bruta nessas reuniões e também pelo fato das quotas (recursos alocados pelo CNPq para distribuição durante as reuniões dos Comitês Assesores) serem frequentemente definidas pela Diretoria do CNPq sem discriminá-las por modalidade de Auxílio.

Segundo a Avaliação & Perspectivas-1982 (A&P-82), o número de doutores no país em 1981 na área de Física era de 700, divididos igualmente entre teóricos e experimentais com predominância de físicos experimentais na subárea de Física da Matéria Condensada e de teóricos em Física de Partículas Elementares e dos Campos, enquanto o número de doutores em Astronomia era de 41. Se for adotado o crescimento médio de 6% ao ano, detectado no documento de Física da A&P-82, o número de doutores em 1985 nessas duas áreas seriam de 883 e 52 respectivamente, dando um total de 935 pesquisadores-doutores, correspondendo a um incremento de 26% no período 1981-85. O crescimento no número de doutores de 1982 a 1985 seria de 19%, enquanto o crescimento da Demanda Bruta (DB) das solicitações de Auxílio, no mesmo período, foi de 278%. Entretanto, caso se considere que em 1985 o CNPq promoveu um reajuste em torno de 70% em cada solicitação de Auxílio, para evitar a desvalorização provocada pela inflação, o crescimento real da Demanda Bruta seria de 180%. Tal discrepância entre o crescimento do número de doutores e a Demanda Bruta merece algumas reflexões:

1. o fomento nas áreas de Física e Astronomia já estava refreado em 1981 quando o dispêndio foi da ordem de 37% em relação à demanda bruta, (incluídas todas as reuniões dos Comitês Assesores e todas as modalidades de Auxílios);
2. a demanda bruta, a partir de 1982 foi corrigida pelo CNPq na parte referente à importação com projeções da cotação do dólar para a época do fechamento do câmbio;
3. a demanda bruta, a partir de 1984, passou a ser corrigida pelo CNPq para a época prevista para o pagamento do Auxílio;
4. como reflexo da retração do apoio financeiro da FINEP, no período, as instituições de pesquisa aumentaram a demanda sob a forma de Auxílio ao CNPq.

Da análise dos dados[†] constata-se também que a quota de Auxílios não acompanhou a velocidade de crescimento da Demanda Bruta, tendo-se partido da razão quota/DB de 52,63% em março/82 e caído para 9,88% em setembro/85, mantendo uma média de 25,77% no período.

Diante da dificuldade de se obter aporte financeiro a nível satisfatório, a comunidade científica tem procurado outras fontes de recursos como o Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica (FIPEC) do Banco do Brasil; o PADCT (Instrumentação, Manutenção e Educação para Ciências) e até o PRONAQ. Além dessas fontes a comunidade também passou a contar com o Laboratório Nacional de Radiação de Sincrotron criado no âmbito do CNPq em 1985. Entretanto, a presença dessas novas fontes de recursos não tem ainda apresentado reflexos sensíveis de forma a aliviar a demanda sobre o Programa de Auxílio do CNPq.

A análise das quotas atribuídas à Física e Astronomia mostra que houve uma pequena evolução de 8,7 bilhões de cruzeiros em 1982 para 11,7 bilhões de cruzeiros em 1985, tomando-se por base a ORTN de outubro/85. O incremento equivale a 34,7%, quando se compara a quota de 1985 com a de 1982. Como o crescimento médio no período foi de 16%, observa-se que a quota de concessão tem tido um crescimento real discreto.

A partir de agosto/82 foi introduzido pela Diretoria do CNPq um teto de 600 MVR (maior valor de referência) no cálculo da demanda pré-selecionada*. Na época, os 600 MVR correspondiam a Cr\$ 4.660.920 e em março/85 a cerca de 85 milhões de cruzeiros. Tendo em vista que uma parcela substancial dos pedidos de Auxílio em Física e Astronomia referem-se às necessidades de grupos de pesquisa, esse teto tem-se mostrado como um grande limitador na sistemática até então adotada pelo CNPq na adoção de quotas. Para a reunião de setembro/83, devido à prioridade zero do país de pagar a conta petróleo, a Diretoria do CNPq houve por bem não recomendar a aprovação de importação de equipamentos mas mantendo-se a importação de reagentes e peças de reposição para não permitir que os equipamentos existentes no país ficassem inoperantes por falta de manutenção ou reparo.

Da análise de quota da SDC, constata-se que o crescimento médio no mesmo período foi de 41,2%. Isto mostra que o crescimento da quota da

* A demanda pré-selecionada foi utilizada pelo CNPq até março/85 para o estabelecimento das quotas a serem alocadas por Comitê Assessor. As regras de pré-seleção foram estabelecidas pela SDC para se uniformizar as regras de enquadramento dos pedidos de Auxílio das diversas áreas do conhecimento. A nova gestão do CNPq solicitou sugestões aos Comitês Assessores de novas formas e critérios de alocação de quotas para Bolsas e Auxílios que estão em fase de testes e estudos.

[†] Vide Tabela 1.

SDC foi muito superior à da Física e da Astronomia. Essa discrepância justifica-se pela política do Conselho que canalizou o crescimento de recursos da SDC preferencialmente para melhor atender as áreas de Ciências Humanas e Sociais e de Ciências Sociais Aplicadas que até 1980 se mantinham num patamar de aporte financeiro relativamente baixo.

Finalizando, o Comitê Assessor de Física e Astronomia tem recomendado a aprovação de mais recursos do que a quota atribuída e feito gestões junto à Diretoria e Presidência do CNPq no sentido de sensibilizá-los com argumentos apresentados oralmente e por escrito. Assim, o dispêndio do órgão tem sido maior do que a quota atribuída, tendo-se dessa forma, atenuado parcialmente, a defasagem entre a demanda e o atendimento nas áreas de Física e Astronomia.

Em anexo, apresentamos Tabelas e Gráficos ilustrativos do texto.

TABELA 1
POLÍTICA DE FOMENTO DO CNPq/SDC
Programa de Auxílio (dois principais julgamentos anuais) nas áreas de Física e Astronomia, no período
(1982/85)

Cr\$ 1.000

ANO	PERÍODOS	DE (FA) VALORES CORRENTES E ATUALIZADOS	DE (FA) CEN	% DE (FA) CEN	DR (FA) SDC	QUOTA (SDC) VALORES CORRENTES E ATUALIZADOS	QUOTA (CEN) VALORES CORRENTES E ATUALIZADOS	QUOTA (FA) VALORES CORREN TES	% QUOTA (FA/CEN)	% QUOTA (FA/SDC)	QUOTA (FA) DB (FA)
1982	1º JULGAMENTO MAYO	250.687 (10.572.186)	1.976.040 (71.649.680)	45,04	14,76	700.000 (25.453.761)	315.000 (11.456.442)	153.000 (5.564.598)	48,57	21,86	52,63
2º	JULGAMENTO SETEMBRO	373.690 (10.399.190)	2.119.600 (58.985.052)	36,72	17,63	863.741 (24.593.093)	299.000 (8.320.688)	113.000 (3.144.603)	37,79	12,79	30,24
1983	1º JULGAMENTO MAYO	1.056.782 (18.350.271)	7.247.847 (123.344.420)	46,86	14,31	2.200.000 (36.957.464)	731.280 (12.949.460)	297.000 (5.259.258)	40,61	13,50	28,65
2º	JULGAMENTO SETEMBRO	1.270.885 (13.756.971)	10.600.325 (114.745.520)	37,34	11,99	2.000.000 (21.649.435)	602.600 (6.522.975)	211.800 (2.314.325)	35,48	10,69	16,82
1984	1º JULGAMENTO MAYO	3.990.754 (22.731.818)	24.538.856 (139.776.290)	49,98	18,26	6.500.000 (37.024.787)	2.360.000 (13.442.846)	1.071.250 (6.101.969)	45,39	16,46	26,64
2º	JULGAMENTO SETEMBRO	3.114.446 (11.229.263)	33.223.064 (120.147.580)	44,16	9,35	8.700.000 (31.368.210)	2.052.039 (7.398.712)	874.410 (3.152.722)	42,61	10,05	26,08
1985	1º JULGAMENTO MAYO	30.781.771 (59.194.799)	146.186.390 (281.084.880)	63,22	21,06	28.000.000 (53.845.326)	8.336.100 (16.030.725)	4.006.993 (7.709.483)	48,09	14,03	13,02
2º	JULGAMENTO SETEMBRO	37.324.557 (40.721.088)	194.874.065 (212.607.590)	57,81	19,15	45.670.000 (49.825.966)	9.129.000 (9.959.647)	3.686.000 (4.021.426)	40,38	8,07	9,88

Obs: DB = Demanda Bruta
FA = Física e Astronomia
CEN = Incluem as áreas de Física e Astronomia, Matemática e Estatística, Química e Geociências.
SDC = Incluem todas as áreas do conhecimento apoiadas no âmbito do CNPq/SDC.
() = Referem-se a valores atualizados pela ORTN de Outubro/85 (1 ORTN = Cr\$ 98.300).

TABELA 2

EVOLUÇÃO DA DEMANDA BRUTA DE PROJETOS DE PESQUISA (PQ) EM RELAÇÃO A DEMANDA BRUTA DE AUXÍLIO (DB) EM FÍSICA E ASTRONOMIA NAS DUAS GRANDES REUNIÕES SEMESTRAIS DE JULGAMENTO DE AUXÍLIOS, EM VALORES CORRENTES.

MÊS/ANO	PQ (Cr\$ 1.000)	DB (Cr\$ 1.000)	PQ/DB(%)
MARÇO/82	249.990	290.687	86,0
AGOSTO/82	320.480	373.690	85,8
MARÇO/83	881.949	1.036.782	85,1
SETEMBRO/83	1.170.162	1.270.885	92,1
ABRIL/84	3.660.308	3.990.754	91,7
SETEMBRO/84	2.473.126	3.114.446	79,4
MARÇO/85	30.019.357	30.781.771	97,5
SETEMBRO/85	35.459.363	37.324.557	95,0

Gráfico 1- Evolução percentual da quota destinada às áreas de Física e Astronomia nos primeiro (-) e segundo (--) grandes julgamentos anuais de Auxílios da SDC/CNPq em relação à demanda bruta dessas áreas, no período 1982-85

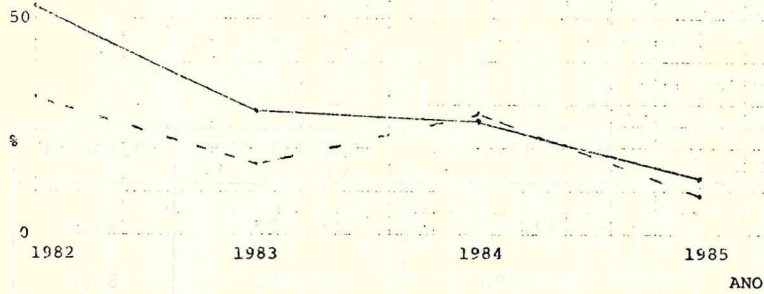
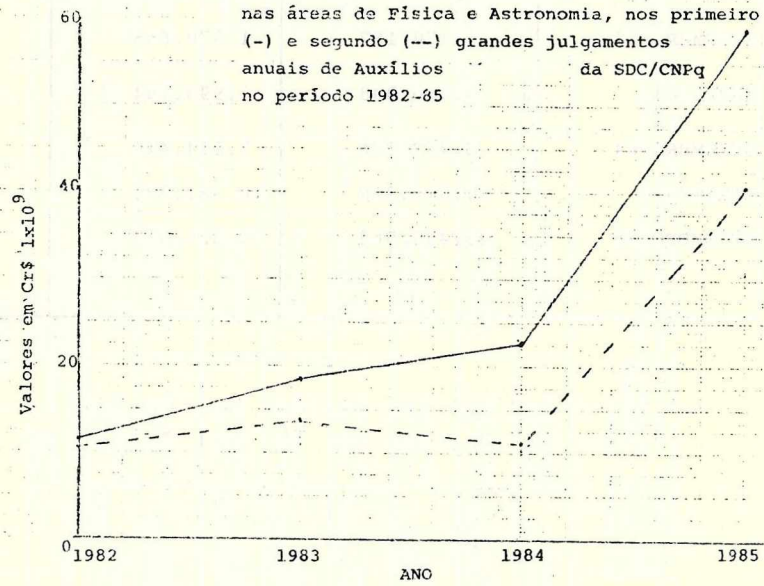
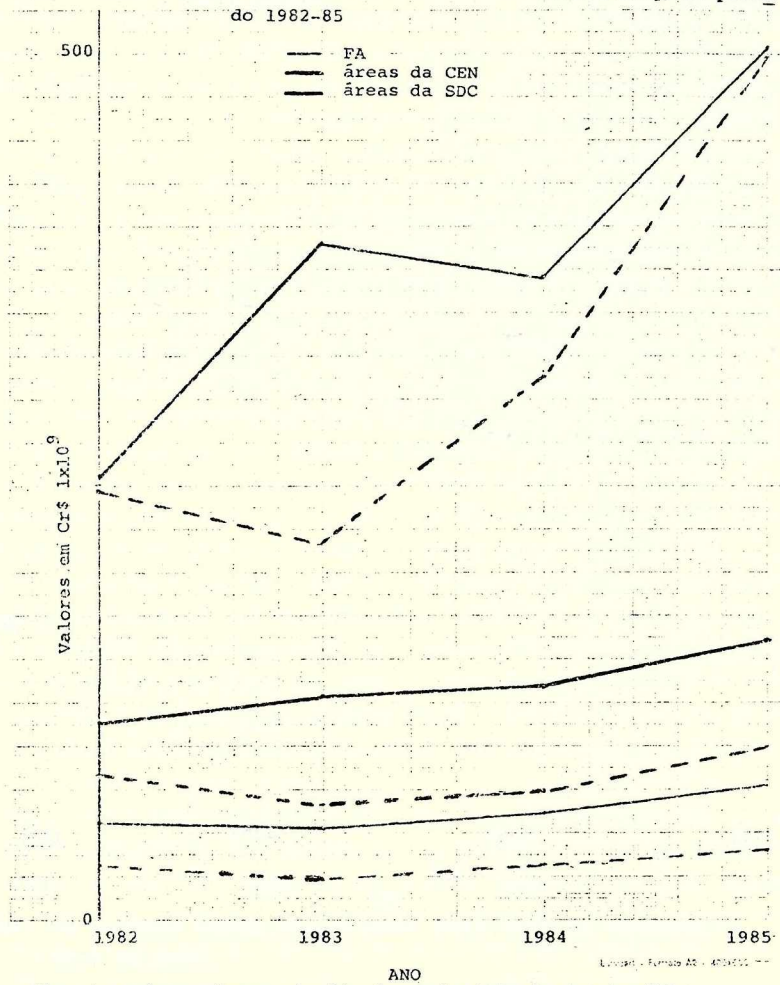


Gráfico 2- Evolução da demanda bruta de Auxílios nas áreas de Física e Astronomia, nos primeiro (-) e segundo (--) grandes julgamentos anuais de Auxílios da SDC/CNPq no período 1982-85



Obs: Os valores foram atualizados pela ORTN de Outubro/85 (Cr\$ 58.300).

Gráfico 3- Evolução das Quotas de Auxílios alocadas às áreas de Física e Astronomia, nos primeiro(-) e segundo(--) grandes julgamentos anuais de Auxílios da SDC/CNPq, no período 1982-85



Obs: Os valores foram atualizados pela ORTN de Outubro/85 (Cr\$ 58.300).

Gráfico 4- Evolução percentual da demanda bruta de Auxílios nas áreas de Física e Astronomia em relação a todas as áreas da CEN e da SDC nos primeiro (-) e segundo (--) grandes julgamentos anuais de Auxílios da SDC/CNPq no período 1982-85.

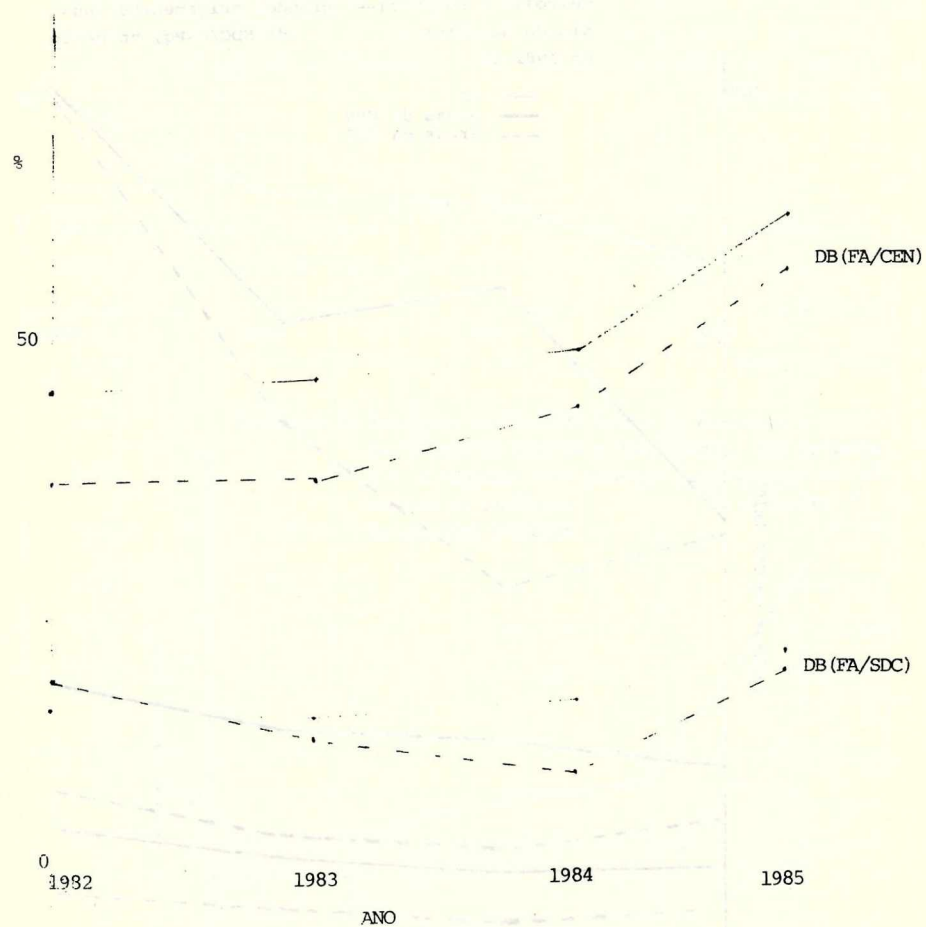
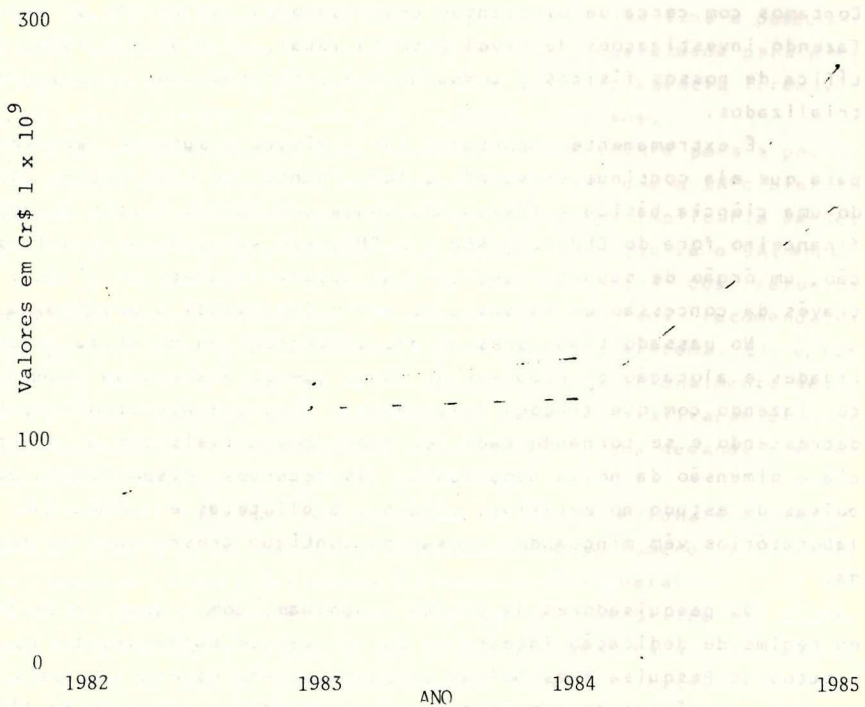


Gráfico 5 - Evolução da demanda bruta de Auxílios em to-
das as áreas da SDC/CNPq nos primeiro (-) e segundo
(--) julgamentos anuais de Auxílios no pe-
riodo 1982-85.



Obs: Os valores foram atualizados pela ORTN de Outubro/85
(Cr\$ 58.300).

CARTA DO COMITÊ DE FÍSICA E ASTRONOMIA AO PRESIDENTE DO CNPq

Senhor Presidente,

O Comitê Assessor de Física e Astronomia, ao se reunir para o julgamento de Bolsas e Auxílios neste mês de setembro, ficou surpreso e consternado com a exiguidade dos recursos alocados para a área das Ciências Exatas e da Natureza, e em particular com a fatia disponível para a Física e Astronomia.

A Física é tradicional e universalmente reconhecida como elemento chave em qualquer esforço de desenvolvimento Científico e Tecnológico, por ser a mais básica das ciências e a mais inovadora em métodos. Os avanços da Física têm um efeito de propagação em cadeia em outras Ciências da Natureza e na Tecnologia.

No Brasil a Física está em vias de assumir uma dimensão capaz de dar suporte ao almejado desenvolvimento tecnológico nacional. Contamos com cerca de oitocentos pesquisadores com título de doutor fazendo investigações de nível internacional. A produtividade científica de nossos físicos é comparável à verificada nos países industrializados.

É extremamente importante dar à Física o suporte necessário para que ela continue crescendo e funcionando com eficiência. Sendo uma ciência básica a Física não conta com outras fontes de apoio financeiro fora do CNPq e FINEP. O CNPq tem sido, desde sua fundação, um órgão de suporte essencial ao desenvolvimento da Física, através da concessão de bolsas e de apoio individual a pesquisadores.

No passado temos presenciado alterações na política de prioridades e alocação de recursos do CNPq, que se acentuaram recentemente, fazendo com que frações destinadas à Física e Astronomia venham decrescendo e se tornando cada vez menos compatíveis com a importância e dimensão da nossa comunidade. Os recursos disponíveis para bolsas de estudo no exterior, viagens, bibliotecas e manutenção de laboratórios vêm minguando, apesar do contínuo crescimento da demanda.

Os pesquisadores da Física trabalham, com raras exceções, em regime de dedicação integral e exclusiva, em Universidades ou Institutos de Pesquisa e as bolsas de pesquisa são essenciais para se garantir um mínimo de remuneração aos indivíduos. Os CA's da Física têm sido excepcionalmente rigorosos na concessão de bolsas de pesquisa e na classificação de pesquisadores. As bolsas só são concedidas a pessoas com nível de doutor e desempenho contínuo e relevante. Apesar disto, as cotas disponíveis de bolsas têm sido insuficientes para atender à demanda. No momento, menos de um terço dos

pesquisadores doutores recebem bolsas de pesquisa do CNPq. Na reunião de setembro verificamos que estavam disponíveis apenas oito bolsas novas para toda a área de Ciências Exatas e da Natureza. Mesmo após uma reunião de emergência dos Coordenadores com a Presidência do CNPq, o Comitê Assessor de Física e Astronomia obteve somente cerca de dez bolsas novas de pesquisa para atender a sessenta solicitações. Dos sessenta solicitantes, a metade não era de recém-doutores ou novatos no sistema de bolsas e sim de ex-bolsistas que saíram do sistema por ter estado no exterior ou temporariamente ultrapassado o teto correspondente a seus níveis.

O CA verificou ser impossível estabelecer critérios e métodos para cortar 90% dos solicitantes de bolsa de pesquisa, uma vez constatado que a grande maioria é constituída de elementos altamente qualificados. Decidiu, então, dar parecer favorável a todas as solicitações julgadas de grande mérito dentro dos padrões de alto rigor tradicionalmente adotados pelos CA's de Física e Astronomia.

Muito preocupa também o CA a questão de auxílios à pesquisa. A Física depende de equipamentos e materiais dispendiosos para exercer suas atividades de pesquisa. Isto é uma contingência irremovível da nossa ciência; ela demanda recursos vultosos.

A mera manutenção da infraestrutura existente para a pesquisa em Física exige recursos muito superiores aos que o CNPq oferece atualmente para o setor. Insistir nessa política implicaria em desmantelar um sistema montado durante décadas. Julgou-se o CA, então, no dever de recomendar a concessão de auxílios acima dos recursos colocados à nossa disposição. O montante de recursos recomendados foi julgado o mínimo indispensável para manter o sistema. Ele é, também, mais compatível com as cotas que o CNPq tradicionalmente destinou à Física. Os auxílios recomendados pelo CA totalizaram oito bilhões e cem milhões de cruzeiros para atender a uma demanda pré-selecionada de dezoito bilhões de cruzeiros.

Não nos julgamos com condições morais, emocionais e nem intelectuais para gerar pareceres desfavoráveis em número suficiente para respeitar a cota atribuída à Física e Astronomia.

Rogamos à Presidência do CNPq que se sensibilize com a gravidade da situação e reveja os critérios adotados na alocação de recursos a fim de que se possa implementar todos os processos que receberam parecer favorável.

Certos de podermos merecer a atenção de V.Sa. subscrevemo-nos.
Atenciosamente

Comitê Assessor de Física e Astronomia
CNPq

MANIFESTO DOS FÍSICOS DE PARTÍCULAS E CAMPOS

Os participantes do VI Encontro Nacional de Física de Partículas e Campos, que se realizou em São Lourenço de 18 a 22 de setembro de 1985, vêm de público expressar sua extrema preocupação com a maneira pela qual tem-se processado a identificação de prioridades e a alocação de recursos no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Como foi amplamente divulgado pela imprensa, o governo destinou 900 (novecentos) bilhões de cruzeiros a um programa de emergência para a área de ciência e tecnologia. No entanto, apenas uma pequena parcela desses recursos tem chegado aos pesquisadores, como bem exemplifica a área de física e astronomia, atingida de maneira especialmente dramática. Em reunião recente, o Comitê de Física e Astronomia do CNPq foi instruído a utilizar apenas 3,6 bilhões de cruzeiros, para atender a uma demanda bruta de 37 bilhões. Os critérios de distribuição desta parcela, que já eram bastante discutíveis, foram recentemente alterados, de maneira totalmente arbitrária, pela administração do Sr. Roberto Santos. Os comitês assessores não foram sequer comunicados das mudanças, o que provocou uma desestabilização de todo o sistema de apoio da área.

Diante desse quadro, o comitê optou por não acatar a nova orientação, dando parecer favorável àqueles projetos de indiscutível mérito científico, cujo corte seria catastrófico para a comunidade. Os participantes do encontro apoiam integral e unanimemente a atitude do comitê. O fomento de todas as áreas de atividade científica, e em particular a física, é uma das principais tarefas do CNPq, órgão que, juntamente com a FINEP, financia a ciência básica no país, através do FNDCT.

Preocupa também ver multiplicadas as áreas de interesse e apoio do CNPq, sem uma detida avaliação das prioridades. Temos notícia, por exemplo, do apoio do CNPq a projetos em áreas de agropecuária e saneamento, cujo interesse social é inquestionável, mas contam com o incentivo de outros órgãos de diversos ministérios, como o do Interior, de Habitação ou de Agricultura. O resultado dessa apressada diversificação será uma pulverização de recursos que dificilmente resolverá os urgentes problemas das áreas básicas ou aplicadas.

Acreditamos que, para evitar esse lamentável tipo de erro, é necessária uma ampla reforma dos mecanismos administrativos do CNPq, com o objetivo de pôr fim aos processos autoritários de decisão e permitir que a direção efetiva do fomento à pesquisa passe a contar com uma participação preponderante de cientistas e tecnólogos competentes.

Essas mudanças, que constam das recomendações dos documentos da COPAG para o programa de Ciência e Tecnologia da Nova República, são ansiosamente aguardadas pelos cientistas brasileiros.

São Lourenço, 22 de setembro de 1985

Seguindo determinação do Conselho e da Diretoria, o Presidente e o Vice-Presidente da SBF foram a Brasília dia 21 de outubro para dialogar com o Presidente do CNPq e o Ministro de Ciência e Tecnologia. Ambos receberam cartas contendo as principais preocupações da comunidade com os órgãos de financiamento da pesquisa no Brasil. A conversa com o Dr. Roberto Santos, que foi em parte assistida pelo Dr. Darci Closs, foi longa, cordial e franca, e por isso foi tensa em vários momentos. O Presidente do CNPq prometeu rever o critério de distribuição utilizado na última reunião dos comitês assessores, que resultou numa forte compressão de recursos da área de ciências exatas e em particular da Física. Por outro lado ele não acolheu bem a sugestão de que os estatutos do CNPq sejam revistos para possibilitar uma maior participação dos cientistas nas deliberações do órgão. Segundo ele, essa participação já existe, pois os comitês assessores e o CCCT são integralmente formulados por cientistas. Além disso, grande parte da Diretoria é, na opinião dele, também formada de cientistas. O Presidente do CNPq queixou-se do que chamou de agressividade excessiva dos físicos que, segundo ele, não reconhecem ou não se informam corretamente sobre as medidas que estão sendo tomadas pelo órgão. Ele acredita que esta atitude poderá desgastar a comunidade junto ao Governo, causando até prejuízos para a ciência no País, no que foi incisivamente contestado.

As conversas no Ministério de Ciência e Tecnologia, tanto com o Prof. Luciano Coutinho quanto com o Ministro Renato Archer foram mais amenas e mais produtivas. Ambos reconheceram a necessidade da revisão dos estatutos do CNPq para possibilitar maior participação dos cientistas nas decisões importantes do órgão. Eles também prometeram não medir esforços para aumentar o FNDCT, para regularizar as liberações de recursos e para contornar o decreto presidencial nº 91755 de 7 de outubro que proíbe os órgãos do Governo comprarem material permanente até o fim do ano. Eles aproveitaram a ocasião para convocar os físicos brasileiros a participarem do debate nacional que será promovido pelo MCT no fim de novembro ou início de dezembro para dar ao Governo sugestões sobre a política de desenvolvimento científico e tecnológico do País.

MANIFESTO PELA AUTONOMIA TECNOLÓGICA BRASILEIRA

Sem dúvida alguma, a tecnologia se constitui hoje, em um instrumento através do qual as nações mais desenvolvidas subordinam os países subdesenvolvidos destinando-lhes o papel de meros consumidores de artefatos que, na maioria das vezes, não se coadunam com as suas reais necessidades. Por isso a afirmação da soberania está visceralmente ligada à autonomia científica e tecnológica e somente pela via da competência científica e tecnológica próprias, os países subdesenvolvidos poderão achar soluções adequadas aos problemas nacionais tendo em vista que tecnologia, por ser conhecimento e habilidade, não pode ser transferida como um simples objeto, mas requer estudo e prática para ser adquirida.

Dentre as diversas áreas de desenvolvimento tecnológico, a de Informática é, sem sombra de dúvida, uma das mais significativas graças a sua penetração. O Brasil definiu-se pela adoção de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico no setor de Informática que até agora tem produzido o efeito desejado, que é o de assegurar o controle nacional dessa tecnologia fazendo com que a nação trilhe o caminho da autonomia e não da dependência. Mas, é preciso evidenciar que a Política Nacional de Informática institucionalizada no governo passado, embora garanta a reserva de mercado na faixa dos micro e minicomputadores à indústria brasileira, criou também mecanismos que podem sepultar o esforço despendido até o presente momento, em construir a base que leve o Brasil à autonomia científica e tecnológica no setor. A implantação dos distritos de exportação na área da SUDENE e da SUDAM possibilitará a instalação de indústrias multinacionais, cuja política expansionista comprometerá o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro no campo da Informática, transformando a região na Singapura do Brasil. Além disso, não falsos os argumentos que apontam essa política como solucionadora dos graves problemas sociais e econômicos que assaltam a região, como o alto índice de desemprego, que seria minimizado a partir da instalação de indústrias multinacionais de informática, cuja produção estaria voltada para a comercialização externa. Ora, é sabido que essas fábricas são quase que totalmente automatizadas, isto é, as máquinas executam as funções principais de produção e por isso mesmo empregam pouca mão de obra que regra geral é muito mal paga. Isso comprometeria em termos gerais a reserva de mercado e atribuiria à região norte/nordeste um papel meramente coadjuvante, deixando a comunidade técnico-científica à margem da parte criativa do processo, reforçando a supremacia da região sudeste sobre o res-

tante do país em detrimento dos reais interesses nacionais. Desse modo, portanto, verifica-se a falsidade da argumentação daqueles que ardorosamente defendem a existência dos distritos de exportação, que no fundo são tentáculos da política imperialista promovida pelos países desenvolvidos.

O êxito de uma Política Nacional de Informática que efetivamente contemple os grandes interesses da nação, de modo inevitável contrariará os interesses multinacionais e de seus representantes que se articulam visando explorar, ainda mais, o sedutor mercado brasileiro.

Reconhecendo que:

1) A soberania de uma nação está intimamente ligada à sua capacitação científica e tecnológica;

2) A capacitação tecnológica é decorrência do conhecimento e prática internos, a partir da detecção das questões suscitadas pela realidade nacional, sendo a indústria genuinamente brasileira a ferramenta de consolidação de tecnologia desenvolvida no país;

3) A indústria nacional, por assegurar a utilização intensiva da inteligência brasileira, propicia o total domínio de todo o ciclo tecnológico;

4) A implantação dos distritos de exportação é uma forma de burlar a reserva de mercado e fomentar a supremacia da região sudeste sobre o restante do país;

5) Não existirá a menor transferência de tecnologia, uma vez que tecnologia é conhecimento e habilidade e que instalar-se-ão apenas fábricas montadoras;

6) É destinado a região norte e nordeste, um papel bastante secundário em total desrespeito à reconhecida capacidade da comunidade técnico-científica local;

7) Haverá uma super exploração da mão-de-obra da região.

Manifestamos:

1) Irrestrito apoio a uma Política Nacional de Informática que seja o instrumento de defesa dos grandes interesses da nação e que repudie veementemente as pressões de grupos externos e internos que procuram beneficiar interesses contrários;

2) Repúdio quanto à criação dos distritos de exportação no país e em particular em Pernambuco; e

3) Conclamamos a sociedade brasileira a cerrar fileiras em torno desta causa, de maneira a evitar que medidas danosas à nação

sejam tomadas; em especial conclamamos o Congresso Nacional para que corrija as falhas existentes na Política de Informática, várias vezes denunciadas e em particular as Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores da região para que se posicionem contrariamente aos distritos de exportação.

Setembro de 1985

Assinado por várias sociedades científicas, inclusive a SBF.

ESTÃO NEGOCIANDO A LEI DE INFORMÁTICA!

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

A lógica da dominação das grandes potências sobre os países do Terceiro Mundo por vezes deixa de ser perversa para tornar-se irrisória.

O ator de categoria duvidosa que comanda o governo da maior potência econômica e militar (mas não moral) do mundo, volta à cena para demonstrar que a avidez pelo lucro - mesmo que mesquinho - pelo poder e pela dominação pode atingir o contrasenso de sua inversão.

O exercício da dominação talvez seja isso mesmo. Armar um jogo onde o mais fraco inexoravelmente, sempre e necessariamente, perde. Esse Sr. Reagan exige diariamente que os países devedores não deixem de pagar um centavo sequer dos extorsivos juros cobrados por banqueiros e pelo governo norte-americano. Ao mesmo tempo usa todas as armas, incluindo ameaças, punições e a ingerência na soberania dos países devedores, de tal forma que estes últimos jamais possam criar as condições mínimas para implementar o seu crescimento econômico - o que permitiria o pagamento da dívida. É a política da manutenção da dependência eterna.

Agora o alvo é a Lei de Informática. Anos de amadurecimento e uma decisão unânime e soberana da Nação, através do Congresso Nacional, estão em risco. Saberemos defender-nos!

Mas, esse senhor Reagan e sua política arrogante parecem ter aliados nacionais.

Um: seria salutar que o Sr. Sarney revelasse o teor de seu encontro com o Senador Roberto Campos há poucos dias, véspera de viagem deste Senador aos Estados Unidos. Há muitas conjecturas em torno deste encontro e desta viagem. E há fatos. É notório que o for

te do Senador nunca foi o debate político doutrinário sobre a transição democrática. O forte do Senador sempre foi a defesa dos interesses das empresas multinacionais no Brasil. Muito especialmente na área de informática.

Fatos: Dois: Embaixadores, às vezes, sofrem metamorfose. Tornam-se corretores. De luxo, é verdade. É o caso do Sr. Anthony Motley. Compra-se no mercado brasileiro, a preços vis, produtos nacionais e importa-se para os Estados Unidos. Gordas comissões. Às vezes, gordíssimas. E ainda ganha-se o status de estar ajudando as exportações brasileiras.

Fatos: Três: O Senhor Pratini de Moraes tem tido enorme sucesso como lobbista para a exportação de calçados, couro e produtos siderúrgicos para os Estados Unidos.

Parece que tudo tem preço?

Juntam-se esses fatos e, dias depois, em algo que cheira à negociata, está em risco a reserva de mercado na área de informática. Suspeito. Continuaremos investigando e traremos mais informações nos próximos dias. Mais fatos e mais indicações.

Saberemos nos defender!

Assumiremos, cada parlamentar desta Casa, posição ofensiva. Trata-se, se mais não fosse, de ingerência na soberania deste Congresso. Não pouparemos denúncias à política de dominação imperialista da potência militar norte-americana. E não pouparemos críticas e denúncias aos seus aliados nacionais ou travestidos de amigos.

Mais do que nunca defenderemos a reserva de mercado. O sr. Reagan que vá resolver o déficit de sua balança comercial de outro modo. Talvez deixando de investir bilhões de dólares em mísseis "Cruise", "Pershing" e na "Guerra nas Estrelas". Talvez deixando de gastar dinheiro na fomentação do terrorismo na América Central.

Nós continuaremos investindo em nossa independência tecnológica, econômica e política. O sr. Reagan pode comandar a maior potência militar do planeta. Preferimos, ao lado dos países irmãos do Terceiro Mundo, nos constituir em pacífica e soberana potência moral.

Deputado José Eudes

Brasília, 10 de setembro de 1985

NOVOS VALORES DE BOLSAS DO CNPQ

Categoria	Nível	Contribuição Total	Contribuição Sujeita a Teto		Contribuição para Desenvolvimento Científico Regional
			Valor Teto	Contribuição Máxima	
Pesquisador I	A	-	10.964.000	3.320.000	7.549.000
	B		10.487.000		7.152.000
	C		10.011.000		6.754.000
Pesquisador II	A	-	9.534.000	2.480.000	6.357.000
	B		9.057.000		5.960.000
	C		8.581.000		5.562.000
Pesquisador III	A	-	8.104.000	1.440.000	5.165.000
	B		7.627.000		4.579.000
	C		7.150.000		3.973.000
Apoio Técnico à Pesquisa	I	-	5.580.000	2.080.000	-
	II	-	4.180.000	1.400.000	-
	III	-	3.140.000	800.000	-
	IV	-	2.100.000	600.000	-
Pós-Doutorado	-	3.570.000	-	-	-
Doutorado	-	2.000.000	-	-	-
Mestrado	-	1.400.000	-	-	-
Aperfeiçoamento	-	990.000	-	-	-
Iniciação Científica	-	360.000	-	-	-

EMENDA PARA NINGUÉM BOTAR SONETO

A emenda Calmon, como ficou conhecida a emenda constitucional que obriga a União a destinar no mínimo 13% e os Estados e Municípios no mínimo 25% da renda proveniente de impostos à educação, foi finalmente sancionada. Que reflexos ela terá na educação nacional? Para se responder a essa questão é necessário saber de quanto serão engordados os orçamentos dos órgãos públicos destinados à educação, se é que o serão.

Mas antes de qualquer análise numérica do "impacto" da emenda Calmon é necessário fazer algumas observações qualitativas. Um primeiro aspecto é que a emenda Calmon se refere aos impostos arrecadados, e não aos orçamentos totais dos governos. Essa observação é importante porque no caso da União, a arrecadação de impostos representa cerca de 80% do orçamento total, sendo que nos Estados essa porcentagem cai para cerca de 60% e nos municípios para valores entre 10% para os mais atrasados, e 30% para os mais industrializados. Um segundo aspecto se refere à destinação dos recursos, à educação em geral, entendida em um sentido bastante amplo no qual está compreendido a pesquisa relacionada ao ensino (e toda a pesquisa desenvolvida em universidades está fundamentalmente ligada ao ensino), escolas militares, custos de operações de crédito de financiamentos à educação, manutenção de pessoal inativo, além de todas as atividades já previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta observação não contém qualquer julgamento quanto a serem essas atividades ligadas ou não a educação, mesmo porque concordamos que o sejam. O objetivo é apenas evitar a confusão entre gastos com educação e orçamento do MEC, que engloba apenas pouco mais da metade dos gastos federais na área, sendo o resto gasto em programas próprios de outros ministérios, pela Presidência da República ou vinculados a fundos específicos ou às transferências a outros órgãos públicos. Esses dois pequenos detalhes são importantes pois, se não considerados, podem levar a conclusões precipitadas.

Uma primeira análise numérica da emenda Calmon pode ser feita comparando-a com a constituição de 1947, que previa gastos mínimos (sempre em relação aos impostos arrecadados) de 10% para a União e 20% para os Estados e Municípios. (A Lei de Diretrizes e Bases de 1961, aumentou de 10% para 12% os gastos mínimos da União, mantendo em 20% os dos Estados e Municípios. No entanto a Constituição de 1967 revoga na prática essa definição, uma vez que impede que qualquer "arrecadação seja vinculada a determinado órgão, fundo ou despesa", eliminando assim a existência de qualquer garantia mínima

de recursos para a educação.) Se essas leis fossem seguidas à risca, a presente emenda implicaria em um aumento de 30% (de 10% para 13%) da participação da educação nos recursos federais e de 25% (de 20% para 25%) no caso dos Estados e Municípios, em um período de quase 40 anos. Seria esse aumento significativo no sentido de aproximar a situação brasileira da de outros países, notadamente daqueles mais desenvolvidos? A resposta é não.

De 1965 a 1982 a França e a Alemanha aumentaram em cerca de 50% os recursos públicos (medidos em relação a seus respectivos PIBs) destinados à educação. Nesse mesmo período de 18 anos, Japão e Inglaterra praticamente dobraram esses recursos. Os outros países do chamado primeiro mundo também mostraram crescimentos equivalentes, com exceção de alguns deles como EUA, URSS, Suécia, entre outros, que já há muitos anos destinam frações grandes de suas produções à educação. Confrontando assim o que ocorreu no Brasil em quase 40 anos, com o que aconteceu em países mais ricos, e portanto com um nível de educação já melhor, em menos do que duas décadas, vemos que a emenda Calmon está muito aquém de sequer limitar o aumento do fôso que nos separa destes últimos países.

Mas, até aqui nos restringimos ao que a legislação dizia. E na prática, ocorrerá alguma variação nos recursos públicos destinados à educação? Para responder isso precisamos saber quanto tem sido o gasto nos últimos anos e confrontar esses valores com os ditames da presente emenda constitucional. Segundo o IBGE em 1978 a União arrecadou 282,5 bilhões de cruzeiros em impostos, tendo destinado 37,5 bilhões à educação, ou seja, 13,3%. No mesmo ano os Estados destinaram 30,3% (56,9 bilhões de cruzeiros sobre uma arrecadação de 187,9) e os municípios das capitais 46,8% (7,21 bilhões sobre 15,4 bilhões). Em 1979 essas porcentagens foram 12,6%, 32,6% e 53,9%; em 1980 foram 11,0%, 30,0% e 59,7% e em 1981 foram 14,8%, 32,9% e 58,0%. O que se pode depreender desses dados é que na prática a emenda Calmon não significa sequer um aumento da participação da educação nos gastos públicos em relação à situação atual, mas apenas congela-a e impede sua diminuição. Mas esta última possibilidade seria inimaginável num dos países do mundo que pior cuida da educação de seus cidadãos. Ou não?

Enfim, está aí uma emenda que só não é pior do que o soneto porque este já é muito ruim.

Otaviano Helene

III ENCONTRO DE TRABALHO DE MECÂNICA ESTATÍSTICA E TEORIA DE CAMPOS

O referido Encontro será realizado no período de 11 a 13 de dezembro de 1985, no Instituto de Física e Química de São Carlos - USP.

Maiores informações:

Prof. Sylvio Goulart Rosa Jr.
IFQ - São Carlos - USP
Caixa Postal 369
13560 São Carlos, SP

IX ENCONTRO NACIONAL DE FÍSICA DA MATÉRIA CONDENSADA

O IX Encontro Nacional de Física da Matéria Condensada será realizado no período de 23 a 26 de abril de 1986, no Hotel Nacional, em Poços de Caldas, MG.

A primeira circular será enviada no início de novembro, juntamente com a ficha de inscrição e folha para apresentação de resumo de trabalho.

A Comissão Organizadora é constituída pelos Professores Adalberto Fazzio (IFUSP - Coordenador), José Suassuna Filho (IF-UNICAMP), Henrique G.P. Lins de Barros (CBPF) e Wido Schieiner (IF - UFRGS); maiores informações poderão ser obtidas com a Comissão Organizadora ou diretamente com a Secretaria Geral da SBF.

VI ENCONTRO NACIONAL DE FÍSICA DE ENERGIAS INTERMEDIÁRIAS

A Reunião Bianual de Energia Intermediária está programada para o período de 5 a 7 de maio de 1986, no Hotel Nacional, Poços de Caldas, MG. Esperamos cerca de 60 participantes e o mesmo entusiasmo habitual.

Estamos pleiteando o apoio do CNPq, da FAPESP e da FINEP. Já contamos com o apoio do International Center for Theoretical Physics - Trieste, o que nos permitirá trazer dois pesquisadores estrangeiros para participar conosco do Encontro. O Encontro terá três tipos de eventos: Palestras Convidadas, Contribuições e Painéis.

Informações junto à Comissão Coordenadora. Em São Paulo: F.A.B. Coutinho, M.S. Hussein e M. Robilotta (IFUSP), telefone: (011)815-5599.

A 2ª circular junto com a ficha de inscrição está sendo enviada neste momento.

VAGAS PARA TRABALHAR EM LABORATÓRIOS DE METROLOGIA NO RIO DE JANEIRO

O INMETRO está implantando o Laboratório Nacional de Metrologia, em Xerém, cuja função é ser o centro nacional de padronização de medidas físicas em nível primário.

Para tanto, estão sendo contratados mestres e doutores com experiência laboratorial e trabalhos - ou tese - voltados para o campo das medições, nas áreas de Mecânica, Acústica, Eletricidade, Calor e Óptica.

O L.N.M. fica a 40 Km do Rio de Janeiro, a caminho de Petrópolis e os currículos, com pretensão salarial, podem ser enviados para:

INMETRO/CEMCI
A/C Lélia Rita Carneiro Monteiro
Av. Nossa Senhora das Graças nº 50
Xerém - Duque de Caxias
25400 - Rio de Janeiro

PIERRE HENRI LUCIE (Notas Bibliográficas)

Em 1940, ao ser preso pelas tropas nazistas, Pierre Henri Lucie era um jovem oficial combatente do exército francês. Mesmo prisioneiro, na Polônia, estudou física. Libertado pelos aliados em 1945, veio para o Brasil, onde recomeçou a vida como caminhoneiro, casou-se e teve um filho.

Em pouco tempo tornou-se professor de física no secundário onde se destacou pela dedicação e competência; não muito depois, era professor universitário. Contribuiu para inúmeros projetos brasileiros e internacionais de ensino de ciências (como o PSSC) sem perder seu interesse pela escola secundária (registrado por exemplo, em seu livro "Martins e Eu").

Seu espírito galileano, inquieto e irreverente, marcou sua atuação de educador e está presente em seus textos de física ou de história e filosofia da ciência.

Contribuiu para a criação de vários Institutos de Física como o da PUC/RJ e o da UNICAMP, deixando um saldo de realizações igualável por poucos educadores no Brasil.

Condecorado na França e consagrado no Brasil, Pierre Lucie manteve sempre a simplicidade e espontaneidade que caracteriza os jovens. Assim, morreu jovem aos 68 anos, trabalhando entusiasmado em novo projeto.

(Esta Nota é um resumo de notas bibliográficas feitas por Sérgio Costa Ribeiro. A Revista de Ensino de Física está publicando um texto mais extenso sobre a vida de Pierre Lucie, elaborado por Maurice Bazin.)